



REVISTA DO  
**CONSELHO**  
DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

EDIÇÃO 13 ANO IV / MARÇO DE 2017

## Encontro em São Paulo

Conselho dos Tribunais de Justiça realiza  
110º Encontro na capital paulista

## Renovação em 15 TJs

Presidentes de Tribunais de Justiça  
tomam posse e anunciam planos de ação



# CONSELHO ABRE DIÁLOGO COM EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes e conselheiros são recebidos em audiência pelo presidente Michel Temer e pelos presidentes do Senado e da Câmara





# Uma janela para o futuro do Brasil



A agropecuária é exemplo e esperança para o Brasil. O **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR** – é o meio que fornece o conhecimento para a inserção dos brasileiros no campo. Com as experiências do passado, o **SENAR** chega aos seus 25 anos de história com o olhar voltado para o futuro e preparado para vencer novos desafios, contribuindo para o aumento da produtividade, da renda e da qualidade de vida no campo.

Sistema FAEPA



[www.faepanet.com.br](http://www.faepanet.com.br)



[/FAEPA](https://www.facebook.com/FAEPA)



[@sistemaFAEPA](https://twitter.com/@sistemaFAEPA)



[instagram.com/sistemafaepa](https://www.instagram.com/sistemafaepa)

## APRESENTAÇÃO

# O importante papel do Conselho dos Tribunais de Justiça no atual cenário institucional

Anotou Pablo Picasso que inspiração existe, mas ela precisa te encontrar trabalhando.

E é justamente a partir de muita inspiração e transpiração que vem sendo conduzido o trabalho de fortalecimento do Conselho dos Tribunais de Justiça, que tem por missão fundamental a integração e o aprimoramento das Cortes Estaduais, em prestígio da cidadania.

Os tempos são difíceis e muitas são as iniciativas voltadas a enfraquecer a magistratura e demais segmentos de nosso sistema de justiça.

Daí a importância de nossa união e da interlocução permanente com os Poderes Executivo e Legislativo.

De se destacar que além dos encontros periódicos nos diversos estados, nossa pauta vem sendo construída a partir de reuniões altamente produtivas realizadas mensalmente na Presidência do Supremo Tribunal Federal, sob a coordenação da Ministra Carmen Lúcia.

Assim, a par da troca de experiências e da definição de políticas fundamentais para o aprimoramento da Justiça Estadual, a mais próxima do cidadão, temos a oportunidade de afinar ações direcionadas a resguardar a higidez institucional.

Afinal, um país é construído por instituições, pessoas e sonhos.

Os projetos de reforma da previdência social, fixação de teto remuneratório e ampliação do leque de condutas passíveis de caracterização como abuso de autoridade atentam contra estes elementos essenciais do Estado de direito: solapam as instituições, agridem as pessoas e fazem esvanecer seus sonhos.

Em uma sociedade solidamente organizada, propostas de redefinição do Estado podem eventualmente concorrer para alteração dos rumos da economia e fomentar o progresso.

Entretanto, em uma sociedade em organização, as mesmas reformas resultam em anomia, com o risco da desestruturação do Estado e do

tecido social, se não forem objeto de larga reflexão e amplo debate no meio social.

E, nessa situação, reina a lei do mais forte em detrimento do direito.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016, ao tornar mais rígidas as regras de acesso aos benefícios previdenciários e prever a redução desses valores; a imposição de políticas de austeridade e contenção embutidas na denominada PEC do Teto de Gastos (PEC 241/2016) e o alargamento das hipóteses de incidência do crime de abuso de autoridade previsto no PLS 280/2016 esvaziam a essência dos direitos e princípios agasalhados pela Constituição Federal de 1988, promovendo verdadeiro retrocesso social.

As conquistas já alcançadas pelo conjunto dos cidadãos e assentadas nas bases sólidas das instituições que compõem o Estado de direito são desconstituídas e as prestações positivas, como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, solapadas com amparo em cálculo aritmético míope e perverso.

O resultado financeiro que se possa obter à custa de semelhante sacrifício pouco significa para compensar a erosão do espaço público.

Esta a razão pela qual o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição Federal e dos princípios em que assentada a Nação brasileira, já se pronunciou no sentido de que o Estado, após haver reconhecido os direitos prestacionais, “assume o dever não só de torná-los efetivos, mas, também, se obriga, sob pena de transgressão ao texto constitucional, a preservá-los, abstando-se de frustrar – mediante supressão total ou parcial – os direitos sociais já concretizados.” (ARE-639337, Rel. Min. CELSO DE MELLO, j. 23.08.2011)

Como bem definido pela Desembargadora Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, “a afirmação dos direitos sociais dos servidores



JORGE ROSENBERG / TJSP / DIVULGAÇÃO

PAULO DIMAS  
Presidente do  
Tribunal de Justiça  
de São Paulo (TJSP).

públicos é, pois, condição indispensável para garantir a possibilidade de o Estado atuar como assegurador dos direitos sociais de todos e para todos. Afinal, há uma intrínseca relação entre a desconstrução do estado social e republicano com as violações e lesões de direitos e liberdades sofridos pelos agentes e servidores públicos<sup>1</sup>.

Mas não é só.

As propostas desconsideram a proteção aos direitos em formação, extirpando justas expectativas em flagrante afronta à segurança jurídica.

Pontua Ilídio das Neves que “o direito à segurança social não deve, ademais, ser considerado uma dádiva mais ou menos arbitrária do Estado, um simples produto do poder legislativo conjuntamente atuante, mas o reconhecimento pelo mesmo Estado de determinados valores e princípios. A relação jurídica de segurança social constituída entre os cidadãos e o sistema deve implicar um compromisso jurídico mútuo minimamente consistente e estável, incompatível com uma simples promessa do Estado, sujeita ao imponderável das mudanças políticas e legislativas<sup>2</sup>.

Na mesma toada, cabe recordar a lição de Vicente Ráo: “a inviolabilidade do passado é princípio que encontra fundamento na própria natureza do ser humano, pois, segundo as sábias palavras de Portalis, o homem, que não ocupa senão um ponto no tempo e no espaço, seria o mais infeliz dos seres, se não se pudesse julgar seguro nem sequer quanto à sua vida passada. Por essa parte de sua existência, já não carregou todo o peso do seu destino? O passado pode deixar dissabores, mas põe termo a todas as incertezas. Na ordem do universo e da natureza, só o futuro é incerto, e esta própria incerteza é suavizada pela esperança, a fiel companheira da nossa fraqueza. Seria agravar a triste condição da humani-

dade querer mudar, através do sistema de legislação, o sistema da natureza, procurando, para o tempo que já se foi, fazer reviver as nossas dores, sem nos restituir as nossas esperanças.”<sup>3</sup>

Aos que creem sinceramente que a prioridade única do país seja a economia, o noticiário recente contrapõe a evidên-

“

As conquistas já alcançadas pelo conjunto dos cidadãos e assentadas nas bases sólidas das instituições que compõem o Estado de direito são desconstituídas e as prestações positivas, como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, solapadas com amparo em cálculo aritmético míope e perverso.”

cia de que o dinheiro tanto pode construir como corroer ou corromper. O que assegura alicerces sólidos à sociedade são os valores que no tecido social o Estado colhe e tem a missão de preservar.

E até mesmo a alegada economia advinda dessas alterações deve ser apreciada com restrições.

No caso específico da reforma previdenciária, apoia-se o Governo Federal em equivocado pressuposto de que a Previdência Social seria deficitária e, por essa

razão, estaria a colocar em risco as finanças do Brasil. Defende, assim, que, transferindo o ônus aos trabalhadores, em especial do setor público, estaria a atacar o cerne dos problemas econômicos do país.

No dizer do Promotor de Justiça Paulo Penteado Teixeira Júnior, a aparente economia trazida com a reforma da previdência – R\$ 678 bi em dez anos – em verdade estaria apenas a minimizar a sangria econômica produzida por errática política fiscal.

Apenas no que toca à renúncia fiscal, os dados reunidos pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) revelam que, nos últimos seis anos, o Governo Federal abriu mão de 1,35 trilhões de reais em renúncias tributárias.

#### ANO RENÚNCIA FISCAL DA UNIÃO<sup>4</sup>

2011	152.441 bi de reais
2012	182.410 bi de reais
2013	223.310 bi de reais
2014	253.715 bi de reais
2015	267.336 bi de reais
2016	266.993 bi de reais
<b>TOTAL</b>	<b>1.346.205 tri de reais</b>

Acresça-se, ao trilhão de reais, a evasão de outros 500 bilhões por sonegação fiscal apenas em 2016 e o prognóstico de perda de mais 200 bilhões de reais em razão da corrupção.

Os números apresentados no menorizado trabalho do Promotor de Justiça espancam qualquer dúvida de que a propalada reforma da previdência não resolve os problemas da economia brasileira.

O momento é de definição dos rumos a seguir, do país que queremos construir e do legado que pretendemos deixar às futuras gerações.

E, nesse contexto, mostra-se extremamente relevante a atuação institucional do Conselho dos Tribunais de Justiça.

1 Direitos Sociais do Servidores Públicos. Kaygangue: 2016, p. 07

2 Direito da Segurança Social. Coimbra Editora: 1996, p.523

3 O Direito e a vida dos direitos. Resenha Tributária, vol I, tomo III, p. 428

4 Nota Técnica sobre Reforma da Previdência. São Paulo: Associação Paulista do Ministério Público; 2016

NESTA EDIÇÃO

## João Pessoa sediou 109º Encontro

Conselho dos Tribunais de Justiça discutiu temas do Judiciário e polêmicas nacionais. [PÁGINAS 8 A 12.](#)

.....

## TJSP recebe o Conselho

Edição 110 da reunião será na sede do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em 16 e 17 de março. [PÁGINAS 47 A 51.](#)

.....

## Novos presidentes tomam posse

Veja quem são os desembargadores que assumiram a presidência de 15 Tribunais de Justiça. [PÁGINAS 16 A 45.](#)

.....



EDNALDO ARAÚJO / TJPB / DIVULGAÇÃO



TJSP / DIVULGAÇÃO

## Museu resgata 143 anos de história

Relíquias e documentos compõem acervo importante para a memória do Poder Judiciário do Estado de São Paulo. [PÁGINAS 52 A 55.](#)

### EXPEDIENTE

**EDITORA RESPONSÁVEL**  
EDITORA PRESERVAR LTDA  
CNPJ : 14.936.539/0001-61

**EDITOR RESPONSÁVEL**  
WALBERT MONTEIRO  
DRT 1095/PA

**FOTOS**  
ASSESSORIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, CNJ, WIKIMEDIA, FREEIMAGES.



## CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Acre  
**Desa. DENISE BONFIM**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça de Alagoas  
**Des. OTÁVIO LEÃO PRAXEDES**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Amapá  
**Des. CARLOS TORK**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Amazonas  
**Des. FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça da Bahia  
**Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Ceará  
**Des. FRANCISCO GLADYSON PONTES**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do DF e Territórios  
**Des. MÁRIO MACHADO VIEIRA NETTO**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Espírito Santo  
**Des. ANNIBAL DE REZENDE LIMA**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Goiás  
**Des. GILBERTO MARQUES FILHO**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Maranhão  
**Des. CLEONES CARVALHO CUNHA**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Mato Grosso  
**Des. RUI RAMOS RIBEIRO**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul  
**Des. DIVONCIR SCHREINER MARAN**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça de Minas Gerais  
**Des. HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Pará  
**Des. RICARDO FERREIRA NUNES**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça da Paraíba  
**Des. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Paraná  
**Des. RENATO BRAGA BETTEGA**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça de Pernambuco  
**Des. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Piauí  
**Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro  
**Des. MILTON FERNANDES DE SOUZA**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte  
**Des. EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul  
**Des. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Rondônia  
**Des. SANSÃO BATISTA SALDANHA**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Roraima  
**Desa. ELAINE BIANCHI**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça de Santa Catarina  
**Des. JOSÉ ANTÔNIO TORRES MARQUES**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de São Paulo  
**Des. PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI**  
(2016-2018)

Tribunal de Justiça de Sergipe  
**Des. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO**  
(2017-2019)

Tribunal de Justiça do Tocantins  
**Des. EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER**  
(2017-2019)

### COMISSÃO EXECUTIVA COM MANDATO ATÉ NOVEMBRO DE 2017

**Presidente:**  
**Des. PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES (TJMG)**

**Vice-presidentes:**  
**REGIÃO NORTE**  
**Des. FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES (TJAM)**

**REGIÃO NORDESTE**  
**Des. CLEONES CARVALHO CUNHA (TJMA)**

**REGIÃO SUDESTE**  
**Des. PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI (TJSP)**

**REGIÃO SUL**  
**Des. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI (TJRS)**

**REGIÃO CENTRO-OESTE**  
**Des. JOÃO MARIA LÔS (TJMS)**

**Membros:**  
**Des. JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO (TJRS)**  
**Des. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS (TJSC)**  
**Des. PAULO ROBERTO VASCONCELOS (TJPR)**  
**Des. JOSÉ RENATO NALINI (TJSP)**  
**Des. LEOBINO VALENTE CHAVES (TJGO)**  
**Desa. MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE (TJCE)**  
**Des. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES (TJPE)**  
**Des. CLÁUDIO MANOEL DE AMORIM SANTOS (TJRN)**  
**Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES (TJAL)**  
**Desa. CEZARINETE ANGELIM (TJAC)**  
**Des. RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA (TJTO)**  
**Des. GETÚLIO VARGAS DE MORAES OLIVEIRA (TJDFT)**



+ forte com você.

# Encontre o Sistema Faepa/Senar no Pará

## SANTARÉM | REGIÃO BAIXO AMAZONAS

Coordenador: Adinor Batista dos Santos  
Endereço: Av. Antônio Simões, N° 350.  
CEP: 68030-290  
Fone: (93) 3522-1177  
E-mail: adinor@faepanet.com.br

## BELÉM | REGIÃO MARAJÓ

Coordenador: Antônio Araújo  
Endereço: Trav. Dr. Moraes, nº 21, Nazaré.  
Fone: (91) 4008-5383  
E-mail: araujo@aruans.com.br

## CASTANHAL | REGIÃO GUAJARINA

Coordenador: Gilberto Brito  
Endereço: SPR - Rod. BR-316,  
Km 69, Parque de Exposição  
Fone: (91) 3721-7300  
E-mail: gilbertobrito@faepanet.com.br

## TUCURUÍ | REGIÃO TOCANTINS

Coordenador: Jahyr Seixas Gonçalves  
Endereço: Av. Governador Aloísio Chaves, 295.  
Nova Tucuruí - CEP: 68456-590  
Fone: (94) 3787-2725  
E-mail: jahyrseixas@faepanet.com.br

## CAPANEMA | REGIÃO BRAGANTINA

Coordenador: Tiago Araújo  
Endereço: Av. Barão de Capanema, 956.  
Fone: (91) 3462-6077  
E-mail: tiago@faepanet.com.br

## ALTAMIRA | REGIÃO TRANSAMAZÔNICA

Coordenador: Francisco Alberto de Castro (Chicão)  
Endereço: SPR - Rua Anchieta, 2187, Perpetuo  
Socorro. CEP: 68371-190  
Fone: (93) 3515-1956  
E-mail: franciscoalberto@faepanet.com.br

## PARAGOMINAS | REGIÃO NORDESTE PARENSE

Coordenador: Luís Carneiro de Oliveira  
Endereço: Rod. PA - Km 125, s/n°, Parque de  
Exposição | CEP: 68625-620  
Fone: (91) 3729-3983  
E-mail: carneiro@faepanet.com.br

## ITAITUBA | REGIÃO TAPAJÓS

Coordenador: Antônia Lemos Gurgel  
Endereço: Rua Antônio Gomes Bilby, nº 340.  
Bela Vista - Itaituba - CEP: 68180-170  
Fone: (93) 3518-1166  
E-mail: antonia@faepanet.com.br

## REDENÇÃO | REGIÃO SUL DO PARÁ

Coordenador: Jordan Carvalho  
Endereço: Av. Brasil Leste, 350 - Jardim Cumarú -  
Parque de Exposição Pantaleão Lourenço Ferreira,  
Cx. Postal 71 | CEP: 68551-240  
Fone: (94) 3424-2651  
E-mail: jordan@suldopara.com.br

## MARABÁ | REGIÃO CARAJÁS

Coordenador: Antônio Miranda Sobrinho  
Endereço: Rod. PA 150 Km 10 - Parque de Exposição  
Agropecuária - Marabá | CEP: 68500-000  
Fone: (94) 3323-4603  
E-mail: amirandinha@hotmail.com



[www.faepanet.com.br](http://www.faepanet.com.br)



/FAEPA



/@sistemaFAEPA



A MAIOR  
*Escola  
da Terra*

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural





EDNALDO ARAÚJO / TJPB

# Conselho de TJs do Brasil debate temas polêmicos em João Pessoa

**109º ENCONTRO** | Presidentes de Tribunais discutiram questões jurídicas

Com a presença de 27 presidentes de Cortes estaduais de Justiça de todo o país na Paraíba, foi aberto, na noite de 1º de dezembro de 2016, o 109º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça – evento em que os gestores

de TJs brasileiros se reúnem para discutir assuntos que envolvem o Judiciário na atualidade. Na pauta entraram o Projeto de Lei que trata sobre “Abuso de Autoridade”, em tramitação no Congresso Nacional, entre outras questões polêmi-

cas. A solenidade foi realizada no Pleno do TJPB.

Ao recepcionar os presentes, o anfitrião do Encontro e presidente da Corte paraibana, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, ressaltou que o evento é um fórum próprio à discussão de temas relevantes e atuais para o Poder Judiciário nacional. “Um acontecimento ímpar, que eleva o prestígio do Tribunal que o realiza, ao tempo que alegra e envaidece o espírito do povo que o recebe”, afirmou.

**Abertura** do 109º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, em João Pessoa.

O presidente do TJPB afirmou ainda que chegar ao final de sua gestão com a realização de um importante evento de âmbito nacional é gratificante. E destacou alguns temas tratados: palestra sobre precatórios ministrada pelo governador da Paraíba, Ricardo Coutinho; sobre Gestão Recursal, pelo ministro Herman Benjamin; Consumidor; Mediação e Arbitragem. Também foram abordadas pautas do país e assuntos internos aos tribunais, revelou.

Para o presidente do Conselho dos TJs, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais), a crise entre o Judiciário e o Legislativo, o projeto de “Abuso de Autoridade” e as PECs 62, 63 e 64, também em tramitação, são alguns temas relevantes no âmbito do Judiciário.

O gestor do Conselho afirmou que é necessário um debate maior sobre o assunto com a sociedade. “Corre-se o risco de tipificarem algumas condutas que inviabilizem a própria atividade jurisdicional, do Ministério

“  
Corre-se o risco de tipificarem algumas condutas que inviabilizem a própria atividade jurisdicional, do Ministério Público e da própria Polícia. É preciso um debate mais amplo a respeito deste assunto, sem emocionalidade.”

Desembargador Pedro Marcondes.

Público e da própria Polícia. É preciso um debate mais amplo a respeito deste assunto, sem emocionalidade, mas, sim, com muita objetividade, resguardando

justamente o interesse público e a observação da justiça, sempre”, pontuou.

O desembargador do TJMG também falou sobre as práticas alternativas de solução de conflitos, como Conciliação, Mediação e Arbitragem, que, muitas vezes, evitam a judicialização ou se permite chegar a uma solução com mais celeridade.

“Hoje temos 200 milhões de habitantes e 100 milhões de processos, sendo que 80% destes tramitam na Justiça estadual. Esta demanda desenfreada inviabiliza a otimização da prestação jurisdicional, gerando um clima de insegurança jurídica e, muitas vezes, de injustiça, diante da demora dos resultados. Por isso, os TJs estão investindo muito na instalação de CEJUSCs (Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania) por todas as comarcas do país”, declarou.

O Encontro também se estendeu até o auditório do Laguna Praia Hotel, em Tambaú, João Pessoa, com conferência do governador Ricardo Coutinho sobre “Câmara de Conciliação de Precatórios (Conprec) e a legislação estadual atinente à matéria”.

(Por Gabriela Parente, do TJPB)

**Desembargador** Pedro Marcondes (à direita), presidente do Conselho, durante abertura do 109º Encontro.

EDNALDO ARAÚJO / TJPB

EDNALDO ARAÚJO / TJPB





# Governador Ricardo Coutinho deu início a ciclo de palestras

109º ENCONTRO | Negociação de precatórios tem avanço na Paraíba

O funcionamento da Câmara de Conciliação de Precatórios da Paraíba foi o primeiro tema exposto no 109º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do país, realizado em João Pessoa, no Hotel Laguna, Tambaú. A pales-

tra foi proferida pelo governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, que falou aos presentes sobre a estratégia do governo, em conjunto com o Judiciário local, para ampliar o pagamento de precatórios e oferecer mais cele-

ridade a esses processos.

Para o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Marcos Cavalcanti, o assunto é muito interessante aos Tribunais, visto que os precatórios representam um dos gargalos do Judiciário.

Na Paraíba, a Câmara de Conciliação de Precatórios abriu um edital que possibilitou às pessoas com precatórios referentes ao biênio 2006-2007 negociarem e receberem de forma antecipada, com um deságio (desconto) de 40% do valor total. A entrega do

WILSON DIAS / AGÊNCIA BRASIL

**Governador** da Paraíba, Ricardo Coutinho, falou dos avanços no pagamento de precatórios.

primeiro lote ocorreu no último dia 24 e o pagamento, autorizado a cerca de 180 credores, girou em torno de R\$ 7,5 milhões.

Durante o encontro, o governador falou aos presidentes sobre a necessidade desses acordos diretos, a composição da Câmara, o regime de alíquota para calcular o repasse, entre outros assuntos. “A economia que se fez com o deságio será revertida ao pagamento de mais precatórios, relativos ao biênio subsequente. Trata-se de uma experiência que vem dando oportunidade às pessoas de alcançarem um direito, com mais celeridade”, explicou.

A ocasião foi marcada ainda por discussões sobre temas diversos, como a aprovação em 1º turno da PEC 55, que estabelece limite de gastos da União pelos próximos 20 anos. Sobre o tema, o governador Ricardo Coutinho afirmou que é uma medida que comprometerá uma geração inteira. “Não creio nesta terapia. Ela parte do pressuposto de que o país não tem uma grande demanda social acumulada. A economia não existe em função de si, mas de algo, no caso, a sociedade. É preciso investir muito em ciência e tecnologia, para se criar avanços”, avaliou.

Após a palestra do governador, o Encontro teve seguimento com explicações sobre “Consumidor” – feita pelo secretário Nacional do Consumidor Armando Luiz Rovai – e, depois, sobre “Mediação e Arbitragem”, proferida pelo juiz Randell Wilkinson, da Corte Superior da Califórnia (EUA).

O Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça é um evento trimestral, em que os presidentes de Tribunais de Justiça dos 27 Estados brasileiros se reúnem para discutir assuntos que envolvem o Judiciário na atualidade, trocas de experiências de gestão e pautas internas relativas ao funcionamento dos tribunais.

(Por Gabriela Parente, do TJPB)

## MINISTRO HERMAN BENJAMIN ABORDA CELERIDADE E “GESTÃO RECURSAL”

Eliminar ou reduzir formalismos. Esta foi uma medida apresentada pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o objetivo de garantir mais celeridade ao julgamento dos recursos que chegam aos tribunais. O ministro proferiu palestra sobre “Gestão Recursal”, na tarde do dia 2 de dezembro, durante os trabalhos do 109º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, que ocorreu em João Pessoa, reunindo presidentes de TJs de todo o país.

Para o ministro, a legislação processual brasileira é extremamente formalista e exige que se perca muito tempo para se emitir uma decisão de 2º grau que visa manter a sentença e os fundamentos já emitidos no 1º grau. “Não faz sentido que, para confirmar e manter uma sentença que foi apelada, um desembargador tenha que repetir tudo que está nesta sentença. O jurisdicionado quer ver o seu processo resolvido, não uma série de formalidades, muitas vezes, inúteis”, afirmou.

A ideia foi bem recebida pelos presidentes participantes do Encontro, que formaram uma comissão para estudo e

elaboração da proposta de alteração do Código de Processo Civil (CPC), no que diz respeito à matéria. Posteriormente, o documento, assinado pelos membros do Conselho, deverá ser enviado ao Congresso Nacional.

O ministro explicou ainda que a redução dos formalismos vai gerar impactos positivos rápidos na solução de muitos feitos. O presidente do Conselho, desembargador Pedro Bitencourt (TJMG), concordou. “A proposta é ganhar celeridade nos casos de manutenção de sentença, evitando a repetição de um trabalho que já foi realizado pelo juiz, quando fundamentou a decisão”, declarou, ao elogiar a iniciativa.

O presidente do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti, parabenizou a proposta e agradeceu ao ministro Herman pela participação e contribuição com o evento.

A palestra foi seguida da elaboração da Carta de João Pessoa, assinada pelos 27 presidentes de Tribunais de Justiça que compareceram ao encontro na Paraíba.

(POR GABRIELA PARENTE)

SECOM / PB



Ministro Herman Benjamin (à esquerda) falou no 109º Encontro.

# CARTA DE JOÃO PESSOA

O **CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, reunido na cidade de João Pessoa (PB), ao final do 109º Encontro, nos dias 01 e 02 de dezembro de 2016, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

1. Externar integral apoio à Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Cármen Lúcia, por seus incisivos posicionamentos na defesa da independência do Poder Judiciário brasileiro;
2. Repudiar quaisquer tentativas de criminalizar o livre exercício da jurisdição, por constituírem manifesta afronta ao estado democrático de Direito;
3. Reafirmar o caráter nacional e unitário do Poder Judiciário, rechaçando, veementemente, quaisquer iniciativas e manifestações em contrário.

**João Pessoa (PB), 2 de dezembro de 2016**

Desembargador **PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES**  
Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça

Desembargador **MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba



BETO BARATA

# Audiências reforçam diálogo institucional com Poderes

**TURISMO** | Conselho dos Tribunais de Justiça vai até Executivo e Legislativo

Abrir um canal de negociação constante com os poderes Executivo e Legislativo para a participação efetiva nas discussões das matérias de interesse dos Tribunais em tramitação no Congresso Nacional. Este foi o ponto central de audiências do Conselho dos Tribunais de Justiça com os presidentes da República, Michel Temer, do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia.

Acompanhado dos presidentes de 16 tribunais, o desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes colocou o Conselho à disposição dos

dois Poderes para o apoio necessário para o aperfeiçoamento das propostas que estão na pauta de discussões em Brasília. Os desembargadores presentes se dispuseram a colaborar com suporte técnico e através do repasse de dados e experiências vividas à frente das presidências dos Tribunais de Justiça dos Estados.

O Conselho passará a acompanhar de perto a tramitação de toda matéria de interesse do Colegiado e nestes primeiros encontros abriu-se uma negociação para alterar o recém-apresentado PLP 343/17, que trata da renegociação da dívida dos

**Presidente** Michel Temer com o desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, presidente do Conselho dos TJs.

Estados, principalmente em relação à previsão de devolução para o caixa único do tesouro do Estado, do saldo financeiro decorrente dos duodécimos repassados ao Poder Judiciário no final do exercício, ou permitir que o Poder Executivo compense esse saldo das primeiras parcelas duodecimas do exercício seguinte. Referido projeto também traz dispositivo proibitório de transferência dos recursos financeiros oriundos de repasses duodecimas a fundos dos Estados e do Distrito Federal.

O presidente da República, Michel Temer, ouviu com atenção o relato feito pelo desembargador Pedro Bitencourt e se prontificou a analisar a possibilidade de acatar as sugestões apresentadas verbalmente. Já o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, pediu que os Tribunais encaminhem nota técnica sobre o projeto e se dispôs a encaminhar o assunto para análise do Ministério da Fazenda.

MARCOS BRANDÃO / AGÊNCIA SENADO



Senador Eunício Oliveira recebeu desembargadores em audiência.

JBATISTA / AGÊNCIA CÂMARA



Deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara, ouviu os presidentes dos TJs do Brasil.

BETO BARATA



Presidentes do Conselho e de Tribunais de Justiça do Brasil com o presidente Michel Temer.

A Reforma da Previdência foi outro tema debatido nos encontros. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, ouviu as observações dos Presidentes dos Tribunais, no sentido de flexibilizar as regras de transição e sobre a redução do valor da pensão a 50%, acrescida de cotas individuais de 10 % por dependente, até o limite de 100% da remuneração ou da média das contribuições, a depender da data de ingresso no serviço público.

O presidente Eunício Oliveira afirmou que o Senado é a Casa da Federação e que está aberta ao diálogo e às sugestões da magistratura. O Presidente Rodrigo Maia solicitou nota técnica dos Tribunais e fará o encaminhamento das sugestões do Conselho para o relator da PEC 287/16 na Câmara, deputado Arthur Oliveira Maia.

O presidente Pedro Carlos Bitencourt aproveitou a oportunidade para sugerir aos três Presidentes alteração nos § 9º do art. 98 e § 2º do art. 99, da Lei 13.105 de 16 de março de 2016, para tornar obrigatório a demonstração de insuficiência de recursos na concessão da justiça gratuita e impedir seu deferimento quando a parte que podendo optar pelo ajuizamento da demanda perante o Juizado Especial Cível o faça perante a Justiça Comum.

## PARTICIPARAM DAS AUDIÊNCIAS:

- 1) Desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça)
- 2) Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente).
- 3) Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe: Desembargador Cezário Siqueira Neto (Presidente).
- 4) Tribunal de Justiça do Estado de Roraima: Desembargadora Elaine Bianchi (Presidente).
- 5) Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo: Desembargador Anibal de Rezende Lima (Presidente).
- 6) Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso: Desembargador Rui Ramos Ribeiro (Presidente).
- 7) Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: Desembargador Francisco Gladysson Pontes (Presidente).
- 8) Tribunal de Justiça do Estado do Piauí: Desembargador Erivan José da Silva Lopes (Presidente).
- 9) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios: Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa (1º Vice - Presidente).
- 10) Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão: Desembargador Cleones Carvalho Cunha (Presidente).
- 11) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Desembargador Paulo Dimas De Bellis Mascaretti (Presidente).
- 12) Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro (1º Vice - Presidente).
- 13) Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo (Presidente).
- 14) Tribunal de Justiça do Estado de Goiás: Desembargador Gilberto Marques Filho (Presidente).
- 15) Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais: Desembargador Geraldo Augusto de Almeida (1º Vice - Presidente).
- 16) Tribunal de Justiça do Estado do Amapá: Desembargador Gilberto de Paula Pinheiro (Vice - Presidente)
- 17) Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins: Euripedes Lamounier



DIVULGAÇÃO / TJAC

# Denise Bonfim é a nova presidente do Tribunal de Justiça do Acre

**PELOS TRIBUNAIS** | Responsabilidade e trabalho vão conduzir a gestão

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) passa a ser dirigido no Biênio 2017-2019 pelos desembargadores Denise Bonfim (presidente), Francisco Djalma (vice-presidente) e Waldirene Cordeiro (corregedora geral da Justiça). As autoridades foram empossadas em seus respectivos cargos em Sessão Solene realizada na noite de 3 de fevereiro, na sede do TJAC, em Rio Branco.

A desembargadora Cezarinete Angelim, que presidiu o Tribunal nos últimos dois anos, conduziu a solenidade, acompanhada pelos membros da Corte de Justiça Acreana e pelo procurador de Justiça, Oswaldo D'Albuquerque, representando o Ministério Público Estadual. Também compuseram a mesa de honra o governador do Acre, Tião

**Desembargadora** Denise Bonfim toma posse na presidência do TJAC, em solenidade realizada no dia 3 de fevereiro.

Viana; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Ney Amorim; a desembargadora Maria Cesarineide, representante Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região; o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, desembargador Gilson Barbosa; a vice-presidente da OAB-seccional Acre, Marina Belandi; o presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Luís Camolez e o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre (Sinspjac), Rangel Araújo. Em caráter especial, os desembargadores aposentados Francisco Praça e Izaura Maia também

compareceram à cerimônia.

A Sessão Solene também foi bastante concorrida, sendo prestigiada por autoridades dos Poderes Executivo Estadual e Municipal, do Legislativo e do próprio Judiciário; representantes de instituições civis e militares, além da participação de servidores da Justiça. Antes de dar posse à nova presidente do Tribunal, a desembargadora Cezarinete Angelim fez uma série de agradecimentos àqueles que contribuíram para que fossem alcançados os resultados de sua gestão. Ela pugnou que trabalhou “tecendo manhãs”, na defesa dos interesses da sociedade e melhorias do Poder Judiciário Acreano. Também entregou em mãos o Relatório de Gestão (2015-2017), o qual traz as principais ações, programas e iniciativas implementados em mais de 700 dias de Administração.

Já empossada como presidente do TJAC, Denise Bonfim deu posse ao desembargador Francisco Djalma (como vice-presidente); e à desembargadora Waldirene Cordeiro (como corregedora geral da Justiça). A nova presidente também deu posse aos dirigentes das Câmaras de Julgamento (2ª Cível e Criminal) e da Escola do Poder Judiciário (Esjud), que serão conduzidas pelos desembargadores Júnior Alberto e Samoel Evangelista, e Roberto Barros, respectivamente.

Filha de Ariolino Aquino Bonfim e Erato Maria de Belém Castelo Bonfim (Dona Ziza), Denise Castelo Bonfim é natural de Rio Branco (AC), tem 46 anos. É graduada em Letras-Inglês, pela Universidade Federal do Espírito Santo, e em Direito, pelo Centro Superior de Ciências Sociais de Velha Velha (ES), onde foi diplomada no ano de 1986, com apenas 19 anos. Possui MBA em Poder Judiciário, pela Fundação Getúlio Vargas (2008). (Com informações do TJAC)

Denise Bonfim, nova presidente do TJAC.

## PROJETOS PARA O BIÊNIO 2017-2019

Os grandes desafios deste Biênio 2017-2019 passam pelas dificuldades orçamentárias da atualidade, diante do crescimento do Judiciário Acreano alcançado nos últimos tempos (em estrutura, tecnologia, unidades e serviços), inclusive com o reconhecimento e a premiação ‘Selo Ouro’ do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ou seja, precisamos agora ter criatividade para fazer mais com menos.

### Marca da gestão

A gestão terá como marca a continuidade das administrações que me antecederam, pois esta Instituição somente se projeta no futuro da história pela contribuição daqueles que a conduziram no passado.

Ao mesmo tempo, haverá o esforço e a dedicação para aumentar a sua notoriedade no cenário nacional, pois acredito que o lugar do Judiciário do Acre é de destaque, e de vanguarda.

### A responsabilidade e o trabalho

Consciente da responsabilidade inerente ao cargo, pelas difíceis atribuições da Presidência, e inúmeros desafios a serem superados, vamos trabalhar com firmeza por uma justiça mais célere, acessível e eficaz, com o fito de contribuir para a paz social.

Quero trabalhar com o apoio dos meus pares (membros da Corte de Justiça Acreana); do vice-presidente, desembargador Francisco Djalma; da corregedora geral da Justiça, desembargadora Waldirene Cordeiro; e especialmente dos magistrados e servidores do Tribunal. Juntos, faremos mais, e melhor.

### Harmonia institucional e independência

Guardarei as respeitadas relações institucionais com os Poderes Executivo e Legislativo. Porém, com a devida e necessária independência, cada um exercendo a sua função, cumprindo a sua particular responsabilidade.

A independência do Poder Judiciário é indispensável, para que a Magistratura seja capaz de exercer com presteza e eficiência as suas atividades, vez que somente assim se estará assegurando a plenitude do Estado Democrático de Direito.

O Poder Judiciário é, desse modo, a última proteção da cidadania e da realização e usufruto dos bens da vida em sociedade.

### A missão

Com transparência e diálogo, pretendemos atuar na verdadeira grandeza do Judiciário, que é resguardar a sua missão de servir, e servir bem, promovendo o bem de toda sociedade.

DIVULGAÇÃO / TJAC





DIVULGAÇÃO / TJMT

# Desembargador Rui Ramos Ribeiro toma posse no TJ de Mato Grosso

PELOS TRIBUNAIS | Novo presidente defende o diálogo entre Poderes

O presidente eleito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos Ribeiro, tomou posse no cargo em cerimônia realizada no dia 19 de dezembro, no Pleno do TJMT. Em seu discurso, o desembargador afirmou que os próximos dois anos serão de muitos desafios e de superação.

Rui Ramos defendeu o fortalecimento do diálogo entre os poderes para superar a crise que afeta o país. “A harmonia é a única forma de fazermos o Estado voltar a crescer”, afirmou o presidente para o biênio

2016/2017.

Em entrevista coletiva o magistrado disse que não vai medir esforços para que tenha uma boa gestão. Destacou também a necessidade de se fortalecer os métodos adequados de solução de conflitos, continuando o trabalho já desenvolvido pela desembargadora Clarice Claudino, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec). “Diminuindo o número de ações ajuizadas poderemos facilitar o trabalho dos juízes, com uma prestação ju-

**Desembargador Rui Ramos Ribeiro** discursa na solenidade de posse como presidente do TJMT.

risdicional mais célere”, observou.

O presidente eleito disse também que vai estabelecer parcerias com o Poder Executivo para atuar especificamente com os menores em conflito com a lei e também com os reeducandos. “São questões que atormentam a todos, mesmo porque o Brasil assinou documentos internacionais se comprometendo a dar maior atenção para essas pessoas”, enfatizou o desembargador.

Ao final do pronunciamento, Rui Ramos disse que no biênio 2017/2018 a população de Mato Grosso continuará com um Judiciário atuante e à disposição da população para a consagração de seus direitos. “O Poder Judiciário é uma instituição atuante e vai cumprir seu papel, sem excessos, de forma pragmática, consagrando os direitos da população”, finalizou.

A solenidade de posse da nova

diretoria do Poder Judiciário Estadual ocorreu no Plenário 1 do TJMT. Além do desembargador Rui Ramos Ribeiro, foram empossadas as desembargadoras Marilsen Andrade Addario (vice-presidente) e Maria Aparecida Ribeiro

(corregedora-geral da Justiça). Os três magistrados entrarão em exercício a partir de 1º de janeiro de 2017.

Nascido na cidade de Bauru (SP), o desembargador Rui Ramos Ribeiro tem 58 anos. Graduou-se na Facul-

dade de Direito de Bauru – Instituto Toledo de Ensino, em 1982, e passou a fazer parte da magistratura de Mato Grosso como juiz de Direito em 4 de dezembro de 1986.

(Com informações do TJMT.)

## PROJETOS PARA O BIÊNIO 2017-2019

A certidão de nascimento do arraial de Cuiabá remonta a 8 de abril de 1719. Curioso é registrar que Pascoal Moreira Cabral – fundador de Cuiabá – foi o primeiro juiz natural de Mato Grosso. Cabia a ele julgar as contendas havidas, tudo verbalmente.

Em 1874, o Tribunal de Relação – que viria a ser o Tribunal de Justiça – agregava tão somente cinco comarcas, atendendo, de igual parte, o atual Estado de Mato Grosso do Sul. Hoje, nossa atuação jurisdicional se espalha por 79 comarcas. E saber que, mesmo desmembrado, este Estado gigante equivale a 10,5% do território nacional.

Uma equipe de 280 juízes se debate em meio a um milhão de processos. À nossa volta, tudo se judicializa. É compreensível que, nos tribunais, venha a desembocar uma torrente de preocupações contemporâneas. Nosso papel, mais que tudo, é ser usina produtora de respostas para a sociedade, expressão feliz de José Renato Nalini.

Em minha posse, na qualidade de 63º Desembargador a assumir esta Corte, pontuei que o Judiciário é o abrigo de todos, convocando magistrados e servidores a este mote: Comprometimento com a Instituição – Dedicção Absoluta.

No discurso inaugural, acentuei que essa dedicação é, de certo modo, característica do homem mato-grossense. Fruto da fusão do pioneirismo dos bandeirantes – vocacionados para descobrir novas terras – com a coragem desmedida de seus moradores das primeiras horas, exploradores de regiões ermas e desconhecidas.

Feitas essas considerações, passo a elucidar as ações propostas para o biênio que se inicia, defluídas que são do Plano de Gestão 2017-2018.

Ao abri-lo, enfatizo os desafios internos a serem enfrentados, encarecendo que seja-

mos tomados por uma atmosfera de insatisfação positiva. Esta nos permite reconhecer o que fizemos e, consequência disso, venhamos a admitir que, à luz das imposições dos novos tempos, muito há por fazer.

Sem meios-termos, arremato: não colheremos novos e diferentes resultados se continuarmos a fazer as coisas sempre do mesmo jeito. O estado de inércia atrofia os avanços necessários e esperados por nossos jurisdicionados.

Os novos desafios propostos, assumidos com alto espírito de denodo, estão incrustados na Estratégia Nacional do Poder Judiciário para 2015-2020, em conformidade com a Resolução 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse intuito, arquivamos, como eixos de atuação, cinco objetivos: aprimoramento da prestação jurisdicional, gestão estratégica, gestão de pessoas, infraestrutura e tecnologia, complementadas pela atuação institucional.

No aprimoramento da prestação jurisdicional, centraremos foco na redução do estoque de processos. Abarrotado, engarrafado em todas as instâncias, o Judiciário se vê impossibilitado de edificar, in totum, sua obra: eliminar a injustiça. Sobreleve a atenção conferida à Justiça Criminal, a exigir a criação de varas de fronteiras.

Com importância igual, a propagação dos NUPEMECs – Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais para Solução de Conflitos – caracteriza prioridade número um. De registrar a necessidade de alinhamento com a Corregedoria-Geral. Sob sua competência se assenta alta carga de processos.

No caso da gestão estratégica, busca-se o aperfeiçoamento da governança institucional. Daí a criação de comitês regionais que abrem ensejo à democratização das discussões.

O terceiro eixo orbita em torno da gestão de pessoas, cujo cerne é a humanização. Intuito é criar mecanismos que favoreçam a produção e a entrega de resultados. No todo, está alicerçada nas competências, privilegiada a política de capacitação.

De expressão significativa o eixo voltado à infraestrutura e tecnologia. No que respeita à infraestrutura, cuida-se não apenas da manutenção predial. Indispensável se faz o investimento em obras novas que facilitem o atendimento ao jurisdicionado.

De sua vez, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) tem como alvo a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe): em meio a outros ganhos, franqueia o aumento de produtividade, aliado à maior celeridade ao trâmite processual.

O eixo atuação institucional está ligado à melhoria da imagem do Tribunal. Iniciativas voltadas para a sociedade menos favorecida – a exemplo do Projeto Ribeirinho Cidadão e da Caravana de Transformação – haverão de impulsioná-lo.

A excelência do empenho coletivo alçará a Instituição noranking de tribunais. Há não muito, o TJMT se situava na última posição. Hoje, em alguns indicadores, passeia sua condição de segundo colocado, considerados os tribunais de médio porte.

Diz-se que o Estado de Mato Grosso é grande, em razão de seus predicados que não só os naturais. Segue-lhe os passos o Tribunal de Justiça: revela-se grande na pujança insaciável de suas ambições de bem servir o jurisdicionado.

Que o Poder Judiciário continue borrifando, sobre cada mato-grossense, gotas de autêntica brasilidade, devolvendo à parte, cada dia mais, a esperança de uma decisão justa em tempo oportuno.

**Desembargador Rui Ramos Ribeiro**



DIVULGAÇÃO / TJCE

# Gladyson Pontes assume o TJCE com missão de ampliar serviços

**PELOS TRIBUNAIS** | Meta da Gestão é o aumento da produtividade

A otimização dos recursos, o aperfeiçoamento e a ampliação dos serviços da Justiça de 1º Grau serão as prioridades da Gestão do desembargador Francisco Gladyson Pontes à frente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no biênio 2017-2019. O magistrado tomou posse no último dia 31 de janeiro e, dez dias depois, conseguiu aprovar, por unanimida-

de, proposta de projeto de lei no Pleno da Corte que possibilita implementar uma série de mudanças nos próximos meses.

A matéria agora segue para aprovação da Assembleia Legislativa do Estado. De acordo com a proposta, haverá a transferência do 2º para o 1º Grau de aproximadamente 20% dos valores despendidos pelo Poder

**Desembargador**  
Gladyson Pontes presta juramento na cerimônia de posse no TJCE.

Judiciário para remuneração dos comissionados, o que possibilitará a criação de 398 cargos de Assistentes de Unidade Judiciária na Primeira Instância, incrementando a força de trabalho no desempenho de atividade-fim e o aumento da produtividade.

A reforma complementa uma série de mudanças que vêm sendo implementadas para a reestruturação administrativa do Poder Judiciário, cumprindo assim

a Resolução nº 219/16, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre elas, as unidades de 1º Grau, que já contam com cargo em comissão, passarão a contar com dois, observando-se, ainda assim, o percentual de 50% para servidores efetivos.

Segundo o desembargador Gladysson Pontes, a “realocação de recursos na Primeira Instância, proporcionalmente à demanda, e o fortalecimento da atividade-fim possibilitarão um incremento significativo da produtividade, beneficiando toda a população do Ceará, alcançando todos aqueles que têm demandas em tramitação no Judiciário”.

O magistrado explicou que, como as mudanças não geram aumento de despesas, a capacidade orçamentária para provimento de cargos efetivos não será atingida, mantendo o propósito de convocar e nomear aprovados em concurso público, em conformidade com os limites financeiros.

A medida inclui também a desativação de três gabinetes (presidente, vice e corregedor) e a extinção de cargos comissionados na estrutura do Tribunal de Justiça, no total de 81, e a redução da remuneração de diversos outros cargos comissionados do Tribunal. Além disso, houve a extinção da Secretaria-Geral e criação das Superintendências da Área Judiciária e da Área Administrativa. Já as Secretarias de Administração e de Infraestrutura foram unificadas. A reestruturação objetiva promover maior racionalização das atividades e redução de custos.

No âmbito da Presidência, foram criadas duas assessorias. Uma de Articulação Interna e outra de Articulação Externa, ambas a serem conduzidas por juízes auxiliares visando agilizar e facilitar a execução dos trabalhos.

## ESTUDOS TÉCNICOS

A proposta foi elaborada a partir de estudos técnicos que revelaram a necessidade de promover maior celeridade no 1º Grau de Jurisdição (fóruns e juizados), que concentra maior taxa de congestionamento de processos, em relação ao 2º Grau (Tribunal). Essa demanda é uma realidade em todo o país, conforme informações do CNJ.

Por conta desse congestionamento de ações, o CNJ expediu a Resolução nº 219/16, que trata da distribuição

mais racional de servidores efetivos e comissionados, ou seja, onde existe mais demanda processual precisa ter maior quantidade de profissionais. O Conselho deu prazo até 17 de janeiro deste ano para que todos os Tribunais brasileiros apresentassem plano para cumprimento da resolução, o que foi feito pelo TJCE. A data limite para colocar as mudanças em prática é 1º de julho de 2017, em todo o país.

Foi aprovado o cumprimento da decisão do CNJ, até 20 de fevereiro de 2017, que trata da retirada dos empregados terceirizados considerados em desvio de função. Além disso, cumpre ainda decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), por meio da Resolução nº 0986/2016, que deu ciência aos órgãos jurisdicionados sobre a irregularidade de utilização da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico à míngua de regulamentação em lei e como parcela remuneratória, inclusive para que deixem de utilizá-la nos moldes atuais.

Todas as alterações levam em conta a instituição de novo regime fiscal no âmbito do orçamento do Estado, que vigorará por dez exercícios financeiros, determinada pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016 que trata sobre o congelamento dos gastos públicos, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado. Por último, considera os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, para despesas total com pessoal.

## PERFIL

FRANCISCO GLADYSON PONTES é natural de Jaguaruana, distante 173 km de Fortaleza. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Finanças Corporativas e é pós-graduação em Processo Civil. É desembargador do Tribunal desde 10 de janeiro de 2011, ingressando pelo quinto constitucional, em vaga destinada aos advogados. Foi integrante da 3ª Câmara de Direito Público do TJCE e supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

(Da assessoria do TJCE)

DIVULGAÇÃO / TJCE



**Desembargador**  
Gladysson Pontes, novo presidente do TJCE.

“  
Realocação de recursos na Primeira Instância, proporcionalmente à demanda, e o fortalecimento da atividade-fim possibilitarão um incremento significativo da produtividade, beneficiando toda a população do Ceará.”

Desembargador  
Gladysson Pontes



EDNALDO ARAÚJO / TJPB

# TJ da Paraíba tem desembargador Joás de Brito na presidência

**PELOS TRIBUNAIS** | Presidente anuncia investimentos em infraestrutura

O desembargador Joás de Brito Pereira Filho foi empossado no cargo de presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba na tarde de 1º de fevereiro, em solenidade realizada no Auditório do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba “Centro Cultural Ariano Suassuna”. A nova mesa diretora é integrada também pelo desembargador João Benedi-

to da Silva (vice-presidente) e José Aurélio da Cruz (corregedor-geral de Justiça), ambos empossados na mesma ocasião.

A transmissão do cargo foi feita pelo ex-presidente da Corte paraibana, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, que discursou sobre a administração realizada à frente do Judiciário parai-

bano durante o biênio 2015/2016, com destaque para as ações e projetos implementados.

“É com orgulho pelo trabalho realizado à frente da Presidência do Tribunal, que eu me despeço como gestor. Nesse pouco período, pude consolidar uma estratégia participativa, que não teria sido frutífera sem a participação única e pessoal de cada um dos servidores do Poder Judiciário”, afirmou o desembargador Cavalcanti, ao tempo em que desejou aos futuros gestores um “trabalho profícuo e de sucesso”.

Já o presidente empossado, desembargador Joás de Brito Filho, apontou a necessidade de se buscar celeridade, por meio de investimentos

**Solenidade** de posse do desembargador Joás de Brito na presidência do TJPB.

em infraestrutura, tecnologia e capacitação de servidores. E garantiu continuidade dos projetos que vêm sendo bem executados pelo Judiciário.

“Devo dizer que tão importante quanto criar projetos ou programas é mantê-los e aperfeiçoá-los. Faço essa preleção para garantir que vamos manter o que está dando certo e avançar em outras ações e iniciativas, como forma de modernizar, cada vez mais, o Poder Judiciário da Paraíba”, afirmou.

O novo gestor do TJPB também se comprometeu a manter e investir na harmonia entre as instituições: “Nos próximos dois anos procurarei fazer o necessário, o possível e até mesmo o impossível para preservar a independência, autonomia, prestígio e respeitabilidade do nosso Tribunal, mantendo um relacionamento respeitoso, cordial e harmonioso com os demais poderes do Estado, e, também, com os Municípios”.

A saudação à nova mesa diretora em nome do Tribunal de Justiça da Paraíba foi feita pelo desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. O magistrado lembrou dos tempos em que conheceu o presidente empossado e, na oportunidade, o aconselhou. Já o advogado Luciano Alencar de Brito Pereira (filho do presidente Joás) falou em nome da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), e, em nome do Ministério Público do Estado a saudação foi feita pelo procurador Álvaro Cristiano Pinto Gadelha Campos.

“Seja paciente e escute servidores, juízes e desembargadores. Tenha amigos conciliadores. Faça da sua administração um coletivo. Seja humano e continue sendo simples. Tenha decisão. Seja otimista, mas não prometa o que não pode cumprir”, pontuou.

(Por Gabriela Parente, Ascom/TJPB).

**Em discurso,** o desembargador Joás de Brito anunciou metas da nova gestão no TJPB.

## PROJETOS PARA O BIÊNIO 2017-2019

- I) Equalização da força de trabalho entre o 1º e 2º graus e no âmbito do 1º;
- II) Renovação do programa tecnológico, incluindo:
  - a) Renovação de computadores, rede, impressoras;
  - b) Capacitação do pessoal do TI, a fim de qualifica-los para aferir se o equipamento a ser adquirido atende aos requisitos;
  - c) Renovar parte da infraestrutura para dar suporte ao usuário final – longo prazo (iniciado em 2015, com previsão para 2020);
- III) reformas e manutenção de fóruns em unidades judiciárias que detém maior demanda;
- IV) Acesso seguro (projeto piloto):
  - a) Regularizar o acesso dos visitantes e servidores e suas permanências;
  - b) Segurança nas comarcas de fronteiras;
  - c) Controle do acesso, monitoramento por câmera e utilização de guarda da reserva;
- V) Gestão e gerenciamento das ações coletivas e demandas repetitivas:
  - a) Convênio entre TJ, MP, Defensoria Pública e OAB.
- VI) Aumento do número de assessores para os juízes de 1º grau, conforme a demanda processual das unidades judiciárias;
- VII) Dar sequência ao projeto de implantação de cartórios unificados, como forma de equalização da força de trabalho no 1º grau;
- VIII) Aglutinar comarcas com baixa demanda processual.

EDNALDO ARAÚJO / TJPB





JOSÉ GILVAN / TJRR

# Desembargadora Elaine Bianchi é empossada no TJ de Roraima

**PELOS TRIBUNAIS** | Incentivo à qualificação é meta da nova presidente

Em solenidade realizada no dia 10 de fevereiro, a desembargadora Elaine Bianchi assumiu o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Na oportunidade, os desembargadores Mozarildo Monteiro Cavalcanti e Cristóvão José Suter Correia da Silva foram empossados nos cargos de vice-presidente e diretor da Escola do Judiciário do

TJRR, respectivamente.

O evento foi realizado no auditório do Fórum Advogado Sobral Pinto, que ficou lotado com a presença de magistrados, servidores, familiares dos empossandos, além de autoridades civis e militares.

A desembargadora Elaine Bianchi, que assumirá a presidência do Tribunal, é natural de Santo André,

**Juramento** da desembargadora Elaine Bianchi na cerimônia de posse como presidente do TJRR.

São Paulo. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo em 1988, e é pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro.

Chegou a Roraima em 27.11.91, e antes de ser empossada no 1º concurso para o Cargo de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, exerceu as funções de chefe de gabinete e assessora jurídica da Presidência do TJ/RR.

Em 1993, tomou posse como juíza de Direito, cargo no qual atuou nos Juizados Especiais e Varas Cíveis e Criminais, Comarcas do Interior, Juizado da Infância e Juventude, Turma Recursal, Fazenda Pública e Tribunal

Regional Eleitoral, servindo ininterruptamente na 1ª Instância do Poder Judiciário roraimense por mais de 22 anos.

Enquanto juíza de Direito, Elaine Bianchi instituiu os primeiros passos dos Juizados no Estado, ao lado da então juíza Tânia Vasconcelos, hoje Desembargadora Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

“Somos parceiras de longa data. Iniciamos juntas e é uma imensa alegria vê-la tornar-se a primeira Presidente de um Tribunal de Justiça do Brasil eleita por voto direto, com a participação dos juízes de primeiro grau. Elaine é uma gestora nata, sempre conectada às novidades de tecnologia e gestão. Trará inúmeros benefícios para a Justiça de Roraima”, declarou Tânia.

Antes de sua promoção ao cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, no dia 9 de maio de 2015, pelo critério de merecimento, Elaine Bianchi atuou na segunda instância como Juíza Convocada e, em 2014, proferiu decisão de repercussão nacional referente a um duplo registro de paternidade, suscitando o princípio da afetividade no Direito de Família e o melhor interesse da criança.

Em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade roraimense, Elaine Bianchi foi agraciada com o Título de Cidadã Boavistense pela Câmara Municipal de Boa Vista; Medalha de Mérito Eleitoral pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; Medalha de Ordem do Mérito Comercial de Roraima pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Roraima, Serviço Social do Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento de Roraima, e Medalha do Mérito Judiciário, conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A desembargadora Elaine Bianchi, além das funções inerentes ao cargo, atuou como vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - biênio 2015-2017. É casada com o empresário Roberto Bonfim. Tem dois filhos - Bruno e Rafael - e acredita que o modelo ideal de Justiça seria pautado na conciliação pré-processual, pois, segundo a magistrada, a conciliação resolve litígios mais rapidamente, possibilitando a pacificação social num tempo justo.

(Com informações do TJRR)

## PROJETOS PARA O BIÊNIO 2017-2019

Chegamos ao ano de 2017, tempo que inicio minha gestão como Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, após 25 anos dedicados à Magistratura. Assumo esse vultoso desafio, consciente do atual cenário político, financeiro e social do País.

Albert Einstein disse que: “A crise é a melhor benção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque a crise traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias.”

Assim encaro o Biênio 2017-2019, como uma fase para alavancar e solidificar ações e projetos de um Judiciário Estadual cada vez mais célere, moderno e parceiro, como anseia a sociedade.

A tarefa será árdua e, para tanto, elaboramos um Plano de Gestão, totalmente alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020, contendo cinco Macro Projetos capazes de apoiar o cumprimento da Missão do TJRR de “Realizar Justiça para a Promoção da Paz Social”.

A primeira macro iniciativa da gestão será a Conscientização e Capacitação de servidores e Magistrados. Prioridade que atende a essência de qualquer organização: o conhecimento das pessoas. Ou como nominada pelo Balanced Score Card - BSC (Metodologia de Planejamento Estratégico criada por Kaplan e Norton e recomendada pelo CNJ para elaboração de estratégias no Poder Judiciário brasileiro): a perspectiva de conhecimento e aprendizagem, presente no Mapa Estratégico Institucional sob o objetivo de Valorizar Pessoas.

Ou seja, sabemos que implantar a Gestão por Competências e investir na qualificação constante é condição para a evolução organizacional. Desse modo, o fomento à capacitação buscará formar pessoas capazes de assumir suas atribuições com conhe-

cimento, habilidade e atitude necessários para cada atividade.

O segundo macro projeto desse Biênio busca o Aumento da participação do Fundejurr no orçamento. Isso ocorrerá por meio de uma gestão das contas judiciais e da modernização da metodologia de arrecadação.

A Automação e a profissionalização dos processos internos será o terceiro macro projeto da minha gestão. O objetivo é tornar mais ágeis e simplificados os processos administrativos que servem à área judicial, para uma prestação jurisdicional excelente, que busca o aprimoramento permanente.

O avanço na virtualização das atividades do Tribunal de Justiça de Roraima demanda uma infraestrutura tecnológica robusta para resguardar a segurança dos dados armazenados e sistemas. O investimento nessa área assegura a integridade dos bancos de dados, a disponibilidade dos sistemas, portanto a Modernização da Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação é o quarto macro projeto para a Gestão 2017-2019.

A Agilidade na Prestação Jurisdicional representa o maior anseio da sociedade em relação ao Poder Judiciário e é o quinto macro projeto do Plano de Gestão para os próximos dois anos. Existem desdobramentos diretos e imediatos para fins de aumento da celeridade na tramitação processual, por meio de ações como: a criação de um Centro de Processamento Eletrônico, a gestão de demandas repetitivas e o fomento à conciliação.

Há muito trabalho a ser feito. Na mesma proporção, há disposição de toda a equipe do Poder Judiciário de Roraima em realizar importantes feitos.

Acredito que teremos uma grande Gestão, graças ao apoio de todos os meus colegas magistrados, servidores e demais parceiros envolvidos na missão de promover a Justiça!

**Desembargadora Elaine Bianchi**



DIVULGAÇÃO / TJRN

# Expedito Ferreira de Souza preside o TJRN com foco na produtividade

PELOS TRIBUNAIS | Plano inclui valorização de magistrado e servidor

Propiciar meios para que o Tribunal de Justiça realize julgamentos no menor prazo possível, estruturar unidades jurisdicionais do interior, valorizar o servidor e realizar uma gestão que ouça as sugestões daqueles que fazem parte da instituição. O desembargador Expedito Ferreira de Souza assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Rio

Grande do Norte ressaltando dois pontos fundamentais: produtividade e valorização de magistrados e servidores.

Com 36 anos de magistratura, o dirigente do Judiciário potiguar tomou posse no último dia 5 de janeiro com discurso em favor da eficiência administrativa e o sentimento de que a população não pode mais

**Gestão** inclusiva está nos planos do desembargador Expedito Ferreira de Souza, empossado na presidência do TJRN.

esperar pela melhoria da prestação jurisdicional, que precisa chegar aos mais simples, ao cidadão mais humilde. E de forma mais rápida. “Vamos atacar todos os gargalos da Justiça do Rio Grande do Norte”, enfatiza o presidente do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte.

E o magistrado, nascido em Alexandria, região do Alto Oeste do Estado, não pretende somente aumentar a produtividade dos julgamentos do Tribunal de Justiça. Seu propósito é implantar um modelo de gestão inclusiva marcada pela horizontalidade das decisões, instalação do Sistema Integrado de Gestão da Justiça e fortalecer a carreira dos servidores do Judiciário.

Expedito Ferreira de Souza salienta que não será possível avançar sem que haja a decisiva participação dos recursos humanos do Tribunal. “Prendemos a construção de uma gestão participativa, criativa e inovadora, que preste o serviço que os cidadãos esperam e precisam”, resume.

Com a aprovação dos demais desembargadores, a Presidência do TJRN criou o Núcleo de Governança Estratégica, no qual magistrados e funcionários podem apresentar ideias com potencial para se consolidar no formato de projetos institucionais para aperfeiçoar as ações do Judiciário norte-riograndense.

Desde o início de sua administração, o desembargador conseguiu imprimir a marca da cooperação entre juízes e servidores, integrantes de diversas comissões como a que estuda propostas para o dimensionamento da força de trabalho da Justiça Estadual para equilibrar a disposição de mão de obra especializada entre as comarcas, varas e juizados do estado. Vários olhares e visões organizacionais em prol do desenvolvimento da instituição.

Tanto o apoio aos magistrados de primeira e segunda instâncias quanto a elaboração e realização da cobrança administrativa das custas processuais são objetivos da Contadoria Judicial (Cojud), outra inovação trazida pela atual gestão do TJRN. A unidade vai executar os cálculos referentes ao pagamento de quantias decorrentes de condenação da Fazenda Pública dos processos da primeira instância. A Contadoria também será acionada na fase de cumprimento da sentença, especificamente nos casos de diver-

gência ou questionamento dos cálculos apresentados pelas partes ou por determinação do juiz da causa.

Auxiliado pelos juízes João Eduardo Ribeiro, Valentina Damasceno e João Morais Pordeus, o desembargador Expedito Ferreira estimula a filosofia de buscar novos conhecimentos e boas práticas para implantar em projetos que elevem o Judiciário potiguar a excelência. “A gestão tem compromisso com um modelo de administração inclusiva, essen-

“  
É preciso alcançar a imensa massa de jurisdicionados, que sempre foi carente de voz e de audição, à espera de uma prestação jurisdicional célere, adequada e efetiva.”

Desembargador  
Expedito Ferreira de Souza

cial ao conceito de jurisdição democrática, com valores que se unem à ideia de horizontalidade das decisões e que, ao mesmo tempo, afastam-se da verticalidade de quaisquer imposições”, aponta o presidente do Tribunal ao observar que sua administração saberá ouvir para fazer mais. Em cada projeto, funcionários e magistrados são convidados a opinar e contribuir com novas ideias.

O desembargador presidente passou boa parte de sua vida profissional em comarcas no interior do RN, onde viu a realidade da população, as dificuldades das pessoas simples e com base nesta vivência elege a priorização do primeiro grau como forma de promover a cidadania. “É preciso alcançar a imensa massa de jurisdicionados, que sempre foi carente de voz e de audição, à espera de uma prestação jurisdicional célere, adequada e efetiva”, reforça o desembargador Expedito Ferreira.

(Com informações do TJRN)

DIVULGAÇÃO / TJRN



Desembargador  
Expedito Ferreira de  
Souza.



RICARDO LIMA / TJPA

# Ricardo Ferreira Nunes conduz a nova gestão do Tribunal paraense

**PELOS TRIBUNAIS** | Desembargador assume para continuar trabalho

O desembargador Ricardo Ferreira Nunes assume a gestão 2017-2019 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, substituindo o Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, de quem foi vice-presidente. Foi eleito por aclamação de seus pares, juntamente com o Vice-Presidente, Desembargador Leonardo de No-

ronha Tavares. Assume o mais alto posto do Poder Judiciário paraense, no curso de uma carreira na magistratura pontuada pelo exercício de cargos relevantes, entre os quais diretor de Fóruns, Corregedor, Vice-presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Desembargador a partir de junho de 2005, exerceu funções

**Desembargadores** Constantino Guerreiro (à esquerda) e Ricardo Ferreira Nunes na transmissão do cargo de presidente do TJPA.

de membro da 2ª Turma de Direito Privado, foi presidente da Comissão de Organização Judiciária, do Regimento, de Assuntos Administrativos e Legislativos e Coordenador do Grupo Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE do TJE-PA.

Ao assumir a Presidência, o Desembargador Ricardo Ferreira Nunes se diz à vontade para conduzir a gestão que lhe compete, principalmente porque exerceu uma Vice-Presidência bem próxima ao Presidente Constantino Guerreiro, compartilhando decisões e participando das ações definidas no Plano de Gestão a ser cumprido até 2020.



"Minha gestão" – diz o Desembargador Ricardo Ferreira Nunes – "dará prosseguimento ao trabalho que vem sendo desenvolvido, em observância às condições orçamentárias e financeiras e, como é natural, implantando o meu estilo pessoal de auscultar, deliberar e adotar os procedimentos que me parecerem mais necessários e oportunos. Para isso, certamente contarei com o apoio e solidariedade dos meus pares, particularmente do Vice-presidente Leonardo Tavares, magistrado competente e dedicado, reconhecido pelos relevantes cargos que tem exercido, o mais recente de presidente do Tribunal Regional Eleitoral".

No exercício da Vice-presidência, em estreita parceria com o Presidente, o Desembargador Ricardo Ferreira Nunes manifesta inteiro conhecimento dos vários aspectos e formas de conduzir o Judiciário paraense, inclusive pelas circunstâncias destes tempos de crise. Também é conhecedor do funcionamento dos setores de apoio e operacionalização das atividades e de seus responsáveis, e o consequente embasamento das funções jurisdicionais de competência das entrâncias e instâncias da Justiça. Durante a transição administrativa, reuniões e relatórios proporcionaram informações e detalharam aspectos que ainda precisavam ser aprofundados, permitindo que se inicie uma gestão plenamente inteirado das situações.

Outra observação do Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, como positivo para que a gestão comece a ser desenvolvida desde os primeiros dias, está no fato de haver convivido com os ocupantes das áreas meio e fim enquanto Vice-

-presidente, condições que lhe permitiram aquilatar a qualidade profissional, bem como de conhecer o seu funcionamento, o compromisso dos servidores com as funções que exercem e as responsabilidades que lhes cabem na estrutura e na prestação jurisdicional.

"Em função dessa participação e informações complementares, estou procedendo poucas mudanças em cargos de direção e chefia, até porque o plano de gestão, nas diretrizes

definidas pelo CNJ, precisa ser continuado, restringindo as alterações a cargos mais próximos da Presidência e naqueles relacionados principalmente à gestão e assessoramento de jurisdição", assinala o novo Presidente do TJPA. E conclui:

"Além da dedicação e comprometimento que sempre mantive, ao longo da atuação como magistrado, estou empenhado em escrever mais uma página da minha história

de vida, honrando a memória dos meus pais, transmitindo à minha família exemplo de amor e dedicação à nobre causa que abracei e, com isso, continuando a dignificar a secular magistratura paraense, retribuindo a confiança dos pares que aclamaram a minha candidatura e os servidores que se associaram a esses aplausos. Com fé em Deus e trabalho sério e construtivo, sempre chegaremos aonde queremos chegar. Assim será".

(Da assessoria do TJPA)

“  
Minha gestão dará prosseguimento ao trabalho que vem sendo desenvolvido, em observância às condições orçamentárias e financeiras e, como é natural, implantando o meu estilo pessoal.”

Desembargador  
Ricardo Ferreira Nunes



Desembargador Ricardo Ferreira Nunes em dois momentos da posse. Ao centro, desembargador Constantino Guerreiro e governador Simão Jatene.



# À frente do TJRJ, Milton Fernandes defende medidas de austeridade

**PELOS TRIBUNAIS** | Objetivo é reduzir despesas e pacificar o Estado

O novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Milton Fernandes de Souza, destacou como compromissos de sua gestão o enxugamento da máquina administrativa para enfrentar a atual crise econômica do Estado e a intensificação das ações para garantir a pacificação no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. O anúncio foi feito no dia 6 de fevereiro, durante entrevista coletiva concedida após a solenidade de posse da nova Administração do TJRJ para o biênio 2017-2018.

“Nossa gestão será de austeridade. Teremos que reduzir despesas para nos readaptar à crise do país e tentar progredir. Para isso iremos implementar várias modificações administrativas que não atinjam os servidores da atividade fim, mas sim nos contratos dos terceirizados e o não preenchimento de alguns cargos comissionados”, disse o desembargador.

O presidente assumiu o compromisso de aprimorar a qualidade dos serviços forenses e fortalecer o primeiro grau de jurisdição, buscando agilizar e tornar mais eficaz a presta-

ção jurisdicional. “Vamos rever a estrutura administrativa, para livrá-la do desalinho e da defasagem decorrentes de muitas mudanças pontuais. Além disso, se mostra indispensável o enxugamento da máquina, de modo que se possa não apenas reduzir as despesas, mas, em especial, possibilitar uma dedicada atenção a nossa atividade fim.”

O presidente também destacou a busca de uma solução para a superpopulação carcerária no sistema penitenciário do estado. “Esta é outra meta prioritária que o Tribunal de Justiça já iniciou e que vamos dar prosseguimento. Já estamos atuando de forma conjunta com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com um grande conglomerado de pessoas para atacar essa questão. O problema penitenciário é uma tarefa difícil de se enfrentar, mas vamos resolvê-la no Estado do Rio de Janeiro sem qualquer incidente.”

DIVULGAÇÃO / TJRJ

**Novo** presidente do TJRJ, o desembargador Milton Fernandes de Souza assina o termo de posse.

## SOLEINIDADE

O desembargador Milton Fernandes de Souza sucedeu o desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, ocupante do cargo no biênio 2015/2016. O magistrado apresentou um balanço de sua administração destacando a implantação das audiências de custódia, da expansão da rede de proteção à violência contra a mulher e do programa Justiça Itinerante, dentre outras ações.

Diante de um Tribunal Pleno lotado, e ladeado pelos padrinhos - os desembargadores Henrique Carlos de Andrade Figueira, Ricardo Couto de Castro e Jacqueline Lima Montenegro -, o desembargador Milton Fernandes de Souza foi conduzido ao Tribunal Pleno para tomar posse e, em seguida, empossou os integrantes da sua administração: o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cláudio de Mello Tavares; a 1ª vice-presidente, desembargadora Elizabete Filizzola Assunção, o 2º vice-presidente, Celso Ferreira Filho e a 3ª vice-presidente, Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo; além do diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo.

Representando os magistrados, o decano do TJRJ, desembargador Luiz Zveiter, discursou em nome do TJRJ, e disse que a solenidade representa mais uma etapa do processo de gestão continuada, iniciada há 10 anos, como forma de aprimorar a prestação jurisdicional. Para o desembargador Zveiter, o novo presidente terá um grande desafio pela frente. "A crise que enfrentamos exige mais coragem do presidente Milton Fernandes, que terá que mostrar sua capacidade de transformar a crise em oportunidades."

O procurador-geral de Justiça do Estado, Eduardo Gussem, elogiou o novo presidente do TJRJ, ressaltando o respeito mútuo entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o TJRJ. "O desembargador Milton

Fernandes terá como desafio presidir o Tribunal em um dos momentos mais tristes do Estado. A recuperação do nosso Estado passa pela Justiça. Tenho certeza de que caminharemos juntos na defesa do Judiciário", destacou.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ), Felipe Santa Cruz, também pregou a união entre os poderes para enfrentar a crise do estado. "Todos nós temos uma dívida de buscar a Justiça. É hora das grandes causas. Há uma tempestade, mas esperamos poder superá-la, trabalhando em conjunto", disse.

A mesa da solenidade de posse da nova Administração foi composta pelas seguintes autoridades: ministro Marco Aurélio Bellizze, representando a ministra Laurita Vaz, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); ministro Antonio Saldanha Palheiro (STJ); o governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Antônio Jayme Boente; o procurador-geral de Justiça, José Eduardo Gussem; o prefeito do Rio, Marcelo Crivella; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Jorge Picciani; o presidente da OAB-RJ, Felipe Santa Cruz; o general de Brigada Flávio Murillo Barbosa do Nascimento, representando o General-de-Exército Walter Souza Braga Netto, Comandante Militar do Leste e o deputado federal Julio Lopes.

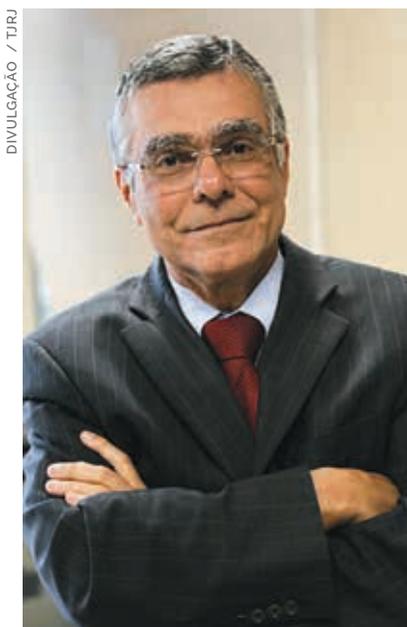
## PERFIL E PENSAMENTO

Nascido no Rio de Janeiro, o desembargador Milton Fernandes de Souza, 64 anos, foi presidente da 5ª Câmara Cível do TJRJ, e décimo lugar na lista de antiguidade do Tribunal. O magistrado é membro efetivo do Órgão Especial e presidente da Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ), ingressou no Tribunal de Justiça em abril de 2000.

Carioca do Alto da Boa Vista, na Zona Norte da cidade, o novo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio, desembargador Milton Fernandes de Souza foi o primeiro integrante da família a estudar Direito. Em 1984, ingressou no Poder Judiciário por concurso. Dezesesseis anos depois, foi eleito desembargador. Em entrevista ao site do TJRJ, Fernandes, que é católico e casado com uma luterana, anuncia que já começou a traçar um plano de corte de gastos para enfrentar o que considera uma das maiores crises da história do Estado do Rio. Apesar disso, está otimista também porque vai apostar no diálogo e na certeza de que na atividade fim só se mexe quando não funciona bem. "Eu sei exatamente o que nós vamos enfrentar: uma situação muito difícil, muito difícil. Talvez a pior situação de todos esses tempos até agora, mas ainda assim acredito que vá melhorar. Sou otimista e acredito na força do trabalho", afirmou o presidente.

(Com informações do TJRJ)



Desembargador Milton Fernandes de Souza, presidente do TJRJ.



DIVULGAÇÃO / TJGO

# Gilberto Marques Filho orienta nova administração do TJGO no equilíbrio

PELOS TRIBUNAIS | Desembargador presidente quer controle de gastos

O aprimoramento da gestão pública pautou o discurso do desembargador Gilberto Marques Filho, que tomou posse como presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), em sessão solene realizada no Plenário da Corte Especial, em Goiânia. O magistrado afirmou que, para o biênio 2017-2019, almeja “trazer as benesses

das ações da iniciativa privada, no que for compatível, para desenvolver ações que coloquem o Poder Judiciário goiano numa situação mais favorável, mesmo diante do presente cenário nacional”.

Sobre o tema, o novo presidente também declarou que atuará com responsabilidade, “e os gastos só ocorrerão quando houver real ne-

cessidade e correspondente disponibilidade de recursos, como em todas as gestões que primaram pela observância deste equilíbrio”.

Os desafios na presidência “são imensuráveis”, conforme Gilberto Marques Filho frisou. O desembargador, contudo, destacou que tem como suporte “o esforço hercúleo dos juízes e servidores, que de forma sacerdotal têm mantido este Poder com dignidade”.

O legado dos ex-presidentes Leobino Valente Chaves e Ney Teles foi, também, realçado no discurso de posse. Segundo o recém-empossado presidente, os anteriores “concretizaram ações de relevância, inclusive, obras importantes,

**Desembargador** Gilberto Marques Filho durante a cerimônia de posse na presidência do TJGO.

dentre elas o Fórum Cível, iniciado pelo saudoso presidente Vítor Lenza”.

Gilberto Marques Filho presidirá o TJGO no biênio 2017-2019, junto com a desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, empossada na mesma solenidade como vice-presidente. A Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) tem agora à frente o desembargador Walter Carlos Lemes (foto à direita), que também assinou o termo de posse na mesma cerimônia.

## MULHERES

Ao saudar os colegas, em nome do TJGO, a desembargadora Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira ressaltou que foi “elegantemente escolhida” para este importante momento da cerimônia “em razão do prestígio que o desembargador Gilberto tem para com as mulheres de sua vida, desta Corte, da magistratura e sociedade”.

Carmecy observou que é esta a primeira vez que uma mulher faz a saudação aos novos dirigentes do TJGO. “Na história desta Corte é a primeira vez que uma mulher faz o pronunciamento de saudação e, também, é a primeira vez que uma mulher assume a vice-presidência desta Casa”, afirmou, se referindo à desembargadora Beatriz. Para ela, é uma nova era. “Não é preciso estar adiante do tempo. Importa é estar inserido no tempo certo e, mais dimensionoso, é importante causar coisas novas.”

Amiga de Gilberto Marques, com quem fez sua graduação, Carmecy ressaltou a “presente e humana” participação do novo presidente do TJGO pelas comarcas por onde passou. Além disso, ela mencionou as grandes paixões do gestor, como a família e o Vila Nova Futebol Clube, de quem é “torcedor fenomenal cativo”.

A desembargadora fez também um rápido histórico de cada um dos empossados, aduzindo que os desembargadores Leobino Valente Chaves e João Waldeck Félix de Souza adminis-

traram com zelo o Judiciário goiano, “fazendo de suas vidas um ofício de dedicação à boa condução deste sodalício”, cuja gestão foi personalizada na “ética e na elegância”. “Não tenho palavras para expressar essa bênção que Deus tem para as vossas vidas”, arrematou antes de citar a música de Cris Durán, cujo letra, para ela, é como ouvir Deus falando: “Os teus sonhos são os meus, teus problemas são meus, tua vida também é minha vida.”

## CONQUISTAS

Ao passar a presidência, Leobino Valente Chaves frisou conquistas alcançadas em sua gestão. O magistrado foi o primeiro a assumir duas vezes a presidência do TJGO: por quase um ano, entre 2012 e 2013, num mandato complementar após a saída do então presidente, Vítor Lenza, e, depois, eleito em 2015. Em discurso, ele falou sobre a emoção de ter “o privilégio inédito de protagonizar a transferência de cargo por duas vezes”.

Ainda na solenidade, ele ressaltou que “a satisfação é exponencialmente maior, ao constatar que igualmente as muitas responsabilidades do segundo desafio resultaram plenamente correspondidas e que se cumpriu ao compromisso e se realizou a proeza de, trabalhando com poucos recursos, realizar o máximo possível”.

Ao apresentar o balanço positivo do biênio 2015-2017, Leobino Valente Chaves falou sobre as metas que nortearam as ações de seu mandato: garantir os direitos de cidadania, priorizar o primeiro grau, acelerar a prestação jurisdicional e proceder com a informatização dos processos.

O magistrado destacou os resultados obtidos em sua segunda gestão, expostos na Revista TJGO, como a construção do Fórum Cível, nomeação de 474 servidores advindos do concurso unificado, a ampliação e continuidade do Projeto Acelerar Previdenciário e Programa Justiça Ativa, e a criação do Projeto Mediar é Divino e Amparando Filhos, entre outras iniciativas.

“Registro que se faz com indistigável alegria é a posição de destaque conquistada pelo TJGO, entre seus congêneres, a deduzir-se das avaliações periódicas do Conselho Nacional de Justiça e das premiações recebidas. No Relatório Justiça em Números, nossa corte estadual figurou em primeiro lugar nos quesitos de produtividade e eficiência relativa. Em 2016, foi conquistado o “Selo Ouro”, recebido em 2016, traduz o reconhecimento incontestado pelo desempenho do tribunal de justiça goiano, na área de informações prestadas àquele órgão controlador das atividades judiciárias”.

(Com informações do TJGO)

DIVULGAÇÃO / TJGO



**Presidente** Gilberto Marques Filho recebe cumprimentos do ex-presidente Leobino Valente Chaves.

DIVULGAÇÃO / TJGO



A solenidade de posse do desembargador Gilberto Marques Filho foi muito prestigiada.

## AUTORIDADES

Muito concorrida, a solenidade de posse dos novos dirigentes do TJGO foi prestigiada por representantes de instituições civis, militares e eclesiásticas e dos poderes Executivo e Legislativo Federal, Estadual e municipais.

Estiveram presentes a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz; o governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado estadual José Vitti; o prefeito de Goiânia, Íris Rezende; o vice-governador de Goiás, José Eliton de Figueiredo Júnior, o procurador-geral de Justiça de Goiás, Lauro Machado Nogueira; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – seção Goiás (OAB-GO), Lúcio Flávio, o presidente da Associação dos Magistrados de Goiás (Asmego), juiz Wilton Müller, o conselheiro federal da OAB, advogado Leon Deniz. Também compareceram os presidentes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargador Aldon Tagliagnola, e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO), Kisleu Dias Maciel, entre outras autoridades. Antes da cerimônia, foi realizada uma missa de ação de graças, celebrada pelo bispo emérito de Uruaçu, dom José Silva Chaves.

## PROGRAMAS

De acordo com o procurador-geral de Justiça, Lauro Machado Nogueira (foto), essa transição permite delinear o panorama do futuro que se deseja alcançar. Para ele, o Tribunal de Justiça tem primado por resguardar sua história e por avançar para além do que já foi feito, sem jamais esquecer os alicerces que lhe dão estrutura, equilíbrio e força.

“Essa é a chave da democracia. Regime que nos permitiu florescer como instituições e que temos o compromisso constitucional de defender. E essa tarefa tem sido desempenhada aqui. As ações em defesa da cidadania, da proteção dos direitos humanos e do combate à corrupção têm distinguido o Judiciário de Goiás. Como não reconhecer os esforços por aproximar a Justiça da população, o empenho em conhecer de perto a realidade dos cidadãos goianos, por meio de projetos como o Justiça Ativa e o Acelerar Previdenciário?”, frisou.

Lauro Nogueira destacou a parceria “afinada” que Judiciário e Ministério Público desenvolveram nestes últimos anos na busca pela solução de crises, como a que tem afetado o sistema prisional no Estado. “Fizeram (TJGO e MP) a opção corajosa de unir esforços para construir cadeias e desmontar depósitos de presos e, mu-

nidos da credibilidade conferida pelas instituições, conseguiram convencer a sociedade de que a luta coletiva valia a pena”, destacou.

O presidente da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), Lúcio Flávio Siqueira de Paiva, lembrou que é uma tradição a OAB ter um espaço para manifestação na cerimônia de posse. Isso porque, segundo ele, a advocacia é indispensável para a manutenção da justiça. “Obrigado pelo espaço e por dar voz a sociedade e fazê-la presente nessa importante solenidade”, frisou.

Apesar de reconhecer que é um desafio comandar o Poder Judiciário, ele afirmou que a advocacia e a cidadania de Goiás deposita enormes esperanças na Justiça goiana. “A gestão do desembargador Leobino deixa importantes legados com a entrega do novo, belo e funcional Fórum Cível, além da digitalização dos processos judiciais”, explicou. “Os desafios estão postos, não são poucos e não são fáceis, mas temos grande esperança e grande expectativa. Contem sempre com o nosso apoio, em nome da OAB”, finalizou.

(Texto: Lilian Cury, Lilian de França e Arianne Lopes – Fotos: Aline Caetano e Wagner Soares - Centro de Comunicação Social do TJGO)



DIVULGAÇÃO / TJMS

**Desembargador** Divoncir Schreiner Maran, presidente do TJMS.

# TJMS investe em máquina eficiente na administração de Divoncir Maran

**PELOS TRIBUNAIS** | Presidente aposta em planejamento e criatividade

Administrar em tempos modernos significa investir de forma planejada para tornar a máquina eficiente e enxuta; analisar e avaliar os gargalos e encontrar meio criativo para demandar. Essa é a linha de pensamento do desembargador Divoncir Schreiner Maran, novo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS). "Essa criatividade vai ser exigida de todos que administram no atual cenário em que o país se encontra. Mas acreditamos que é na adversidade que se cobra mais a criatividade e assim o faremos", destacou.

Veja alguns pontos ressaltados pelo desembargador para a nova gestão:

"Não é uma tarefa fácil e depende do envolvimento de todos, inclusive

do apoio dos outros poderes indispensáveis, diga-se de passagem. Nosso Judiciário, ao longo do tempo, tem trabalhado de forma planejada, com um passado crescente e um futuro já previsto. Temos um planejamento plurianual e isso permite que haja uma projeção para o futuro, do que podemos e iremos fazer.

Temos também praticamente toda a estrutura física em prédios próprios, tecnologia avançada, sendo 100% dos processos digitais, e uma folha de pagamento dentro das métricas estabelecidas e prudenciais.

Assim, nosso principal objetivo nessa empreitada, em que estaremos à frente da Administração do Tribunal de Justiça, será manter o Poder

Judiciário de Mato Grosso do Sul como referência no país, principalmente nos quesitos de modernidade e de celeridade, para continuarmos a nossa missão, cumprindo de forma saudável as metas estabelecidas e superando as expectativas.

Vale dizer que estamos na vanguarda: desde a conclusão da implantação do processo eletrônico, já temos 100% das ações tramitando de forma virtual, passamos recentemente pela implantação da inovadora Central de Processamento Eletrônico (CPE), e, por último, com o início dos trabalhos da Carreta da Justiça, pioneira em todo o Brasil, estamos aproximando o Judiciário sul-mato-grossense de todos os cidadãos do nosso Estado.

No mais, aperfeiçoaremos os projetos já desenvolvidos pelo Judiciário estadual e, com certeza implantaremos novas ações, investindo, capacitando, orientando e cobrando. Vamos seguir incansavelmente para melhorar e agilizar os trâmites judiciais e garantir o sentimento de justiça a cada um dos sul-mato-grossenses que buscam o Poder Judiciário diariamente".



# Cezário Siqueira Neto investe em tecnologia e valoriza servidores

**PELOS TRIBUNAIS** | Presidente do TJSE define rumos de sua gestão

O desembargador Cezário Siqueira Neto tomou posse na presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) em 1º de fevereiro de 2017. A cerimônia ocorreu no auditório José Rollemberg Leite, no Palácio da Justiça, Centro de Aracaju.

Assumiu a vice-presidência o desembargador Ruy Pinheiro e a Corregedoria Geral da Justiça, a desembar-

gadora Iolanda Guimarães.

A seguir, veja o pronunciamento do presidente do TJSE:

"Sabemos que o Brasil atravessa um momento extremamente adverso na sua conjuntura econômica e isto se reflete nos mais diversos setores da sociedade brasileira.

Assim, os Poderes constituídos da República têm sentido os efeitos das

dificuldades pelas quais passam os setores produtivos do país, com queda vertiginosa do PIB, da arrecadação, desemprego assustador.

Em Sergipe, o quadro não é diferente. O Executivo passa por sérias dificuldades, que se refletem no seio do Poder Judiciário.

Tal cenário impõe um verdadeiro desafio aos gestores, em particular, ao Presidente do Poder Judiciário.

Desta forma, tenho pela frente uma missão árdua e desafiante, porém, facilitada pela organização da qual o Tribunal de Justiça é possuidor, o que torna mais fácil enfrentar as dificuldades que se avizinham.

Pensando nisto, tenho como norte para a minha gestão o investimen-

DIVULGAÇÃO / TJSE

**Desembargador**  
Cezário Siqueira Neto  
prestou juramento em  
solenidade prestigiada.

to no elemento humano, com a valorização dos servidores, aprimorando o seu conhecimento técnico e propiciando uma melhor qualidade de vida e de condições de trabalho.

Para que isso seja possível, se faz imprescindível economizar os recursos necessários para que tal investimento seja feito, buscando parcerias com instituições de ensino superior, outros órgãos públicos, numa verdadeira interação com os demais Poderes.

Outra meta em minha gestão é o contínuo investimento em tecnologia da informação. O Poder Judiciário Sergipano tem se notabilizado pela eficiência no cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que somente foi possível com expressivos aportes financeiros nesta área. Agora, é a hora de otimizar a Secretaria de Tecnologia da Informação, enxugando a sua estrutura, de forma a agilizar a concretização dos projetos adotados pelas sucessivas administrações.

Como não poderia deixar de acontecer, terei o olhar atento para as políticas macro da Magistratura. E por aqui passa o apoio incontestável à luta desenvolvida pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), coadjuvada pela Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), no sentido de impedir a aprovação da desvinculação dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal dos demais segmentos da magistratura brasileira e assegurar a urgente reposição destes, como disposto na Constituição Federal.

Outro tema que tem despertado a minha extrema atenção e sobre o qual atuei de forma incisiva é a questão dos magistrados e servidores aposentados, que no Estado de Sergipe têm passado por agruras terríveis, em um momento de suas vidas em que fazem jus a um repouso tranquilo, pois a Previdência do Estado de Sergipe tem atrasado continuamente o pagamento dos seus proventos.

Por fim, pretendo estreitar o contato com a magistratura de Primeiro Grau, reunido-me com os colegas, de forma a colher sugestões e ouvir os reclamos, propiciando a solução rápida para todos os problemas e visitar todas as Comarcas do Estado de Sergipe, observando in loco as necessidades de cada juízo".

DIVULGAÇÃO / TJSE



DIVULGAÇÃO / TJSE



DIVULGAÇÃO / TJSE





# No TJAL, Otávio Leão Praxedes tem meta de reduzir os processos judiciais

**PELOS TRIBUNAIS** | Novo presidente propõe um mutirão carcerário

O desembargador Otávio Leão Praxedes tomou posse no dia 6 de janeiro como o novo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL). Antes da solenidade, no Teatro Gustavo Leite, em Jaraguá, Maceió, ele falou sobre a superlotação nos presídios do Estado e disse que vai trabalhar para reduzir o número de processos pendentes.

"Como primeira medida, faremos um mutirão carcerário com urgência. Sabemos, no entanto, que isso não resolve o problema. Temos uma grande população carcerária, e precisamos de novas unidades carcerárias para desafogar as que temos atualmente", disse Praxedes.

A seguir, veja o pronunciamento do desembargador presi-

DIVULGAÇÃO / TJAL

**NO TJAL**, desembargador Otávio Leão Praxedes anuncia plano para agilizar a Justiça.

dente do TJAL:

"Assumi a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas em janeiro de 2017, momento em que os Tribunais enfrentam sérias limitações de recursos, tanto orçamentário, quanto de pessoal.

Somando-se o cenário restritivo com a crise no sistema prisional, é imprescindível que sejam elencadas prioridades a serem perseguidas durante os breves dois anos de gestão para que se avance no caminho de uma Justiça mais efetiva e célere.

É por isso que, considerando a situação crítica em que se encontram os presídios em todo o Brasil, uma das primeiras ações foi a realização de mutirão carcerário, que

FOTOS: DIVULGAÇÃO / TJAL

está ocorrendo nos dias 23 de janeiro a 13 de fevereiro, envolvendo parceiros como o Ministério Público, a Defensoria Pública e Advogados, buscando agilizar os processos com réus presos.

Além disso, outras ações para aprimorar a gestão da Justiça Criminal foram elencadas no Plano de Gestão, como fortalecer a atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça de Alagoas, expandir a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, e priorizar as ações penais de crimes dolosos contra a vida.

A valorização do primeiro grau também será prioridade da gestão. Primeiramente, o foco estará na nomeação dos candidatos aprovados no último concurso para juiz substituto, iniciado em 2015, e organizado pela Fundação Carlos Chagas.

Não obstante o esforço para nomear os novos magistrados, é desejo da nova gestão realizar um concurso para servidores buscando preencher os claros existentes, principalmente, nas comarcas do interior.

A política de fortalecimento do primeiro grau, com ações para o descongestionamento das unidades jurisdicionais, reflete o comprometimento do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas em relação a celeridade e produtividade, conforme convencionada no Plano Estratégico 2015-2020, pactuada nos diversos Macrodesafios do Poder Judiciário, por meio do estabelecimento de iniciativas institucionais, e por fim, reafirmada no Plano de Gestão deste biênio.

Nos anos de 2017-2018, os gestores, magistrados e servidores seguirão com o empenho já demonstrado em relação às Metas Nacionais do Poder Judiciários e Metas da Estratégia Na-

cional de Justiça e Segurança Pública - ENASP, com vistas ao aperfeiçoamento da Justiça e em busca do aumento da produtividade e redução do acervo de casos pendentes, em respeito aos compromissos assumidos perante a sociedade.

Ainda sobre os servidores, é importante ressaltar que a Presidência estará empenhada em impulsionar a aprovação do anteprojeto de lei que contempla um novo plano cargos, unificando as carreiras do 12 e 22, conforme determinado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Neste sentido, é importante ressaltar que a organização das unidades admi-

nistrativas e judiciárias deverá sofrer alterações. As mesmas serão reestruturadas para acelerar os trâmites processuais em consonância com as mais atuais teorias administrativas.

“  
A política de fortalecimento do primeiro grau reflete o comprometimento do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas em relação a celeridade e produtividade.”

Desembargador  
Otávio Leão Praxedes



Desembargador Pedro Marcondes (foto de cima) prestigiou a posse de Otávio Leão Praxedes (foto de baixo).



DIVULGAÇÃO / TJTO

# Eurípedes do Carmo Lamounier define linha participativa e democrática

**PELOS TRIBUNAIS** | TJTO terá gestão aberta, segundo novo presidente

Durante Sessão Solene realizada na tarde de 2 de fevereiro, o desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO). Também tomou posse a nova Mesa Diretora da Corte tocantinense.

A seguir, veja o pronunciamento do novo presidente do TJTO:

"Após o biênio à frente da Corregedoria Geral da Justiça passo a enfrentar o desafio de gerir o Poder Judiciário do Estado do Tocantins

pelos próximos dois anos. Não pretendo fazer jus à máxima que diz ser o presidente 'um homem solitário'. Quero registrar que teremos - a presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e todos os membros da gestão -, uma gestão aberta, participativa e democrática, pautada pelo debate, equilíbrio e conciliação, priorizando, sempre, os interesses do Tribunal e, a toda evidência, dos jurisdicionados, que são os beneficiários e a razão de ser da nossa instituição.

**Desembargador** Eurípedes do Carmo Lamounier, novo presidente do TJTO, faz o juramento

Manteremos a convivência harmoniosa e respeitosa com os demais Poderes, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, com o Conselho dos Tribunais de Justiça e demais pares do Judiciário brasileiro, certos de que encontraremos suporte e parceria neste desafiador biênio, mormente porque muitas das questões que se põem ao enfrentamento demandam iniciativas, debates e esforços em conjunto, inclusive as problemáticas que exigem ações urgentes, significativas e eficazes, a bem de nossas instituições e da sociedade.

No atual contexto de aprimoramento dos serviços públicos administrados pelo Poder Judiciário, hipoteco meu desejo de estreitamento da relação com essas gloriosas instituições, mediante participação ativa e colaborativa

no trato das relevantes questões de interesse comum.

No âmbito regional, entre os principais desafios visualizados a redução da taxa de congestionamento de processos se apresenta como prioridade absoluta, e será tratada com todo rigor e determinação. Essa tarefa passa por diversas frentes, a começar pela atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição, que suporta a maioria maciça da quantidade de processos em tramitação.

Naturalmente, o alcance de tal propósito demandará não somente o incremento, pelo Tribunal, das condições materiais e de pessoal, nos limites de seus recursos e disponibilidades. A atividade correcional que exerci ao longo dos últimos dois anos demonstra claramente a necessidade de melhoria dos índices de produtividade dos magistrados e servidores, a melhor organização dos trabalhos das serventias judiciais, sob a fiscalização rigorosa dos respectivos juízes aos quais vinculadas, entre outros aspectos.

Propomos um 'Pacto pela Produtividade', em que desenvolvamos esforços contínuos no cumprimento de nossas funções e objetivos, imbuídos do mais alto grau de comprometimento, não somente para cumprimento das metas estabelecidas aos órgãos jurisdicionais externa ou internamente, mas, sobretudo, porque devemos à sociedade a disponibilização de uma Justiça de acesso amplo, célere, humanizada e efetiva, conforme nos comanda e exige a nossa Constituição Cidadã de 1988.

Para uma política judiciária que almeje eficiência, necessária, igualmente, a adoção de medidas preventivas que possam reduzir, de forma efetiva, a judicialização dos conflitos, como programas de conciliação e mediação, aos quais pretendemos emprestar especial enfoque.

Manteremos os canais de interlocução e de comunicação com a população. Imperativo que se assegure a oitiva dos usuários quanto às reclamações e sugestões através da Ouvidoria Judiciária e, na segunda vertente, levar à socieda-

de as inovações, projetos e notícias do Poder Judiciário, propiciando o estreitamento de laços, o acesso à informação e o melhor acesso aos serviços judiciais e extrajudiciais.

Não se pode alcançar êxito em nossos propósitos de fortalecimento e crescimento institucional, caso não haja a participação efetiva dos servidores do Poder Judiciário. Eles têm papel preponderante nos desafios que estão ao nosso horizonte, e serão igualmente protagonistas na execução de prioridades. A valorização persistirá, mas a contrapartida deverá acompanhá-la.

Nesse momento, com os trágicos e recentes acontecimentos no sistema carcerário brasileiro, no qual nos deparamos com a pior crise no âmbito prisional em toda a história, não nos iludamos. As soluções demandarão anos de trabalho e investimento em segurança pública, contudo, não pode nos inibir de iniciativas, de ações imediatas para se debelar a barbárie instalada no sistema prisional. A necessária comunhão de esforços entre as instituições se impõe, como nunca, e iremos manter permanente a discussão e a envidar esforços e as ações necessárias para darmos o tratamento que a questão prisional reclama.

Consignamos nosso compromisso - meu e de todos que assumem a gestão do Poder Judiciário do Tocantins-, em desenvolver uma administração arraigada à legalidade, à transparência, à impessoalidade, à ética e à estrita finalidade do Poder Judiciário, a quem servimos e dedicamos grande parte de minha vida, inclusive, por vezes, sacrificando nossa vida familiar e pessoal.

Dedicaremos cada dia a fortalecer nossa instituição. Um Poder Judiciário forte colabora para uma sociedade mais justa e equilibrada, especialmente em um país pautado por abissais desigualdades como o nosso. A imparcialidade, a prontidão, a segurança e o refúgio jurídico são valores que a sociedade espera de nós, e devemos isso aos jurisdicionados, independente de sua condição social, econômica e intelectual".



## PERFIL DO PRESIDENTE

Natural de São Luís de Montes Belos (GO), formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, e magistrado de carreira desde 1989, Euripedes Lamounier foi promovido a desembargador pelo critério de antiguidade no dia 17 de janeiro de 2013. Sua formação inclui especialização em Direito Penal e em Processual Penal pela Academia de Polícia de Goiás. Atuou como Escrivão de Polícia Civil no Estado de Goiás (1972 - 1982); Comissário de Polícia Civil do Estado de Goiás (1982 - 1987) e como promotor de Justiça dos Estados de Goiás e Tocantins (1987 - 1989). Em sua trajetória como Juiz de Direito no Tocantins, atuou como juiz substituto na Comarca de Pedro Afonso, juiz-corregedor na Corregedoria-Geral da Justiça e juiz titular na Vara Criminal de Guaraí/TO e Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas. Em fevereiro de 2015, assumiu a Corregedoria Geral de Justiça, órgão que deixa para administrar o Poder Judiciário do Tocantins.



DIVULGAÇÃO / TJPR

# No TJPR, Renato Braga Bettega quer administração descentralizada

PELOS TRIBUNAIS | Harmonia interna está nos planos do presidente

O desembargador Renato Bettega tomou posse como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no dia 1º de fevereiro. O magistrado foi eleito em novembro de 2016, e o mandato é de dois anos.

O presidente do TJ-PR é quem pode substituir o governador do estado, no caso de impossibilidade do vice-governador e do presidente da Assembleia Legislativa. É ele o responsável por gerir o orçamento do órgão, autorizar concursos públicos, nomear novos servidores, entre ou-

tras funções.

Além disso, a nova direção do Tribunal de Justiça vai ter a responsabilidade de decidir o futuro das operações Publicano, Quadro Negro e Diários Secretos - que investigam casos de corrupção dentro da administração pública.

Além Bettega, também tomaram posse os eleitos para a Mesa Diretora, o 1º Vice-Presidente Arquelau Araújo Ribas, a 2ª Vice-Presidente Lídia Maejima, o Corregedor-Geral da Justiça Rogério Luis Nielsen Kanayama e o

**Desembargador** Renato Braga Bettega assumiu a presidência do TJPR.

Corregedor Mário Helton Jorge. Também tomaram posse a Ouvidora-Geral Lenice Bodstein e a Ouvidora-Substituta Ana Lúcia Lourenço.

## PERFIL DO PRESIDENTE

Renato Braga Bettega nasceu em 6 de novembro de 1948, em Curitiba. Se formou em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), no ano de 1972, e em administração de empresas pela FAE, em 1977.

O novo presidente do TJ-PR é mestre em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal). Ingressou na Magistratura do Paraná em 1980, exercendo atividades funcionais nas Comarcas de Paranaguá (substituto), Capanema (regime de exceção), Formosa do Oeste, Reserva, Rio Negro, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu.

Desde 1991, está na Comarca de

Curitiba, tendo sido juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça na gestão do desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa. Recebeu, na condição de representante da Magistratura paranaense, os títulos de Cidadão Honorário do Município de Reserva e Vulto Emérito da Cidade de Curitiba.

Renato Braga Bettega foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 23 de março de 2007 e eleito para o cargo de 1º Vice-Presidente em no dia 31 de novembro de 2014.

## FALA DO PRESIDENTE

"Ter sido escolhido como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para o biênio 2017-2018 é motivo de muito orgulho e de agradecimento pela confiança depositada em mim pelos meus colegas desembargadores. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade de enfrentar o desafio de administrar o Poder Judiciário do Paraná durante uma crise econômica que assola o país, o que gera queda de arrecadação e consequente diminuição de recursos para a administração pública.

Assim, temos uma grande oportunidade de aprender a fazer mais com menos, a priorizar o que realmente tem relevância e a valorizar aquilo que temos de mais importante: nossos quadros, tanto de magistrados, quanto de servidores.

Para tanto, do ponto de vista operacional, pretendo implantar uma gestão compartilhada, por meio da qual será estabelecido um canal direto entre os membros da cúpula e os desembargadores. Serão criadas rotinas de atuação integrada e harmônica entre os membros da cúpula, do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, do Conselho da Magistratura e de comissões.

Estas últimas serão fortalecidas e valorizadas, tanto as permanentes quanto as provisórias, pois são uma importante ferramenta para oxigenar e descentralizar as decisões. Cada magistrado deste tribunal guarda uma experiência particular, que, sem dúvida, tem muito a contribuir para a nossa administração.

Já do ponto de vista da valorização

do ser humano, faremos uma defesa intransigente de uma política remuneratória justa para todos os integrantes do Poder Judiciário, em atividade ou aposentados, apoiando todas as iniciativas que visem fortalecer uma discussão permanente, atrelada aos índices econômicos oficiais de recomposição monetária de subsídios.

Somente com uma equipe motivada e que se sinta valorizada conseguiremos dar efetividade ao atendimento ao jurisdicionado, que é a razão precípua de nossa existência.

Para fazer com que a Justiça seja realmente efetiva e eficiente, realizaremos melhorias em infraestrutura e na prestação de serviços de primeiro grau. Claro que sempre amparados por uma gestão orçamentária responsável. Faremos novos investimentos a fim de aperfeiçoar os processos de trabalho, racionalizar e otimizar a tecnologia da informação como instrumento laboral e adotar medidas que forneçam a adequada prestação jurisdicional.

Tudo isso, porque não basta assegurar direitos constitucionais sem que o Estado Juiz garanta a efetividade destes, sob pena de serem eles continuamente violados. Em termos históricos, o Poder Judiciário sempre foi organizado como um burocrático sistema de procedimentos escritos. Em termos funcionais, a instituição foi concebida para exercer as funções instrumentais, políticas e simbólicas no âmbito de uma sociedade postulada como sendo estável, com níveis razoavelmente equitativos de distribuição de renda e um sistema legal integrado por normas padronizadas, unívocas e hierarquizadas.

Infelizmente, a realidade brasileira se revela incompatível com esse modelo de Judiciário, já que, por ser instável, iníqua, contraditória e conflitiva, caracteriza-se por situações de miséria, indigência e pobreza que negam o princípio da igualdade formal perante a lei, impedem o acesso de parcelas significativas da população aos tribunais e comprometem a efetividade dos direitos fundamentais. E nós não fecharemos

os olhos para esse cenário, mas a partir dele guiaremos nossas ações.

Vivemos uma época marcada por crises, não apenas econômica, mas também política que ameaça o funcionamento do Estado Democrático de Direito. É nesse contexto que o Judiciário se insere como salvaguarda da sociedade civil, último recurso para que se restabeleçam os valores morais e éticos tão solapados pela corrupção endêmica que assola o nosso país.

Para mostrar à população que o Tribunal é um meio para a efetivação de direitos de cada cidadão, vamos investir no nosso setor de comunicação, que realizará ações, tanto interna quanto externamente. Nosso portal será nosso principal meio de divulgação institucional das boas práticas e das decisões do Judiciário paranaense, mostrando que somos uma instituição transparente e acessível a todos.

Agora, como membro do Conselho dos Tribunais de Justiça, tenho certeza de que a troca de experiências será um fator importante no auxílio de uma gestão eficiente, colocando-me sempre à disposição para a discussão de ideias e de projetos para a melhoria do Poder Judiciário.

Desembargador Renato Braga Bettega, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

DIVULGAÇÃO / TJPR



Gestão do presidente Bettega está voltada para a valorização de magistrados e servidores.



# No TJAP, Carlos Tork declara compromisso com o povo amapaense

PELOS TRIBUNAIS | Trabalho mais importante será apoiar a prestação jurisdicional

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) realizou no dia 3 de março a Sessão Solene de Posse dos Novos Dirigentes da Justiça do Amapá, para o biênio 2017/2019. Foram empossados o novo presidente do TJAP, desembargador Carlos Tork, que ao assumir a presidência empossou o novo vice-presidente do TJAP, desembargador Gilberto Pinheiro, e

o novo corregedor-geral do TJAP, desembargador Agostino Silvério Junior.

Os discursos das autoridades convidadas foram marcados por palavras celebrando tanto os desembargadores que foram empossados quanto os que lhes entregaram os cargos, dando ênfase no trabalho bem realizado pela direção anterior e na responsabilidade que os novos gestores terão

DIVULGAÇÃO / TJAP

**Desembargador** Carlos Tork, novo presidente do TJ do Amapá.

de dar continuidade.

O novo presidente do TJAP, desembargador Carlos Tork, declarou que seu maior compromisso na gestão que se inicia é com o povo amapaense, cliente final e preferencial do serviço prestado pelo Judiciário amapaense. “Aliado a isso vem o cuidado com os magistrados e servidores da Justiça do Amapá, que proporcionam o atendimento ao cidadão. O trabalho mais importante da presidência é justamente apoiar essa prestação jurisdicional, que é nossa atividade fim”, complementou.

O novo presidente declarou ainda que um dos focos de atenção mais importantes será a gestão de pessoas, lembrando que há um concurso realizado e ainda válido, com aprovados ansiosos por nomeação.

# STJ e Tribunais avaliam propostas de combate à crise penitenciária

**PRESÍDIOS** | Agenda inclui formulação de medidas contra a superlotação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho dos Tribunais de Justiça acertaram a formulação de uma agenda de propostas legislativas e medidas jurisdicionais com vistas à diminuição da superlotação carcerária e do número de processos no país. Participaram da reunião a presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, e o vice, ministro Humberto Martins. As cortes estaduais foram representadas por 17 magistrados.

A presidente Laurita Vaz listou os principais problemas detectados pelo STJ durante o recesso no julgamento de habeas corpus originários dos estados. Entre eles, estão a não apreciação dos benefícios de execução penal e o excesso de prazo para julgamento.

“Em alguns casos, o apenado fica seis meses para ter apreciado um pedido de liberdade provisória”, apontou. A presidente solicitou aos desembargadores que apresentassem os problemas comuns a cada estado e possíveis soluções legislativas. “Nosso intuito é, juntos, encontrarmos respostas necessárias para essa crise atual”, explicou a ministra.

O presidente do Conselho, desembargador Pedro Bitencourt

Marcondes, ressaltou que um dos maiores gargalos da Justiça estadual é a falta de regras claras para a utilização da Justiça gratuita. O modelo é responsável por 80% das ações nesses tribunais. “Se por um lado a Justiça gratuita possibilita o pleno exercício da cidadania, há o outro lado, perverso, que é fomentar demandas irresponsáveis, fadadas ao fracasso”, afirmou.

O desembargador sugeriu que fosse aprovado um projeto de lei com regras que possibilitassem a utilização da Justiça gratuita apenas por pessoas que realmente não tenham recursos para arcar

com as custas processuais. Outro tópico a ser analisado, por sugestão da ministra Laurita Vaz, é o fato de ser prática recorrente magistrados não residirem nas comarcas nas quais estão lotados, especialmente no interior do país.

Para o representante do Tribunal de Justiça do Amapá, desembargador Gilberto de Paula Pinheiro, os magistrados têm de auxiliar o Poder Executivo na adoção de práticas voltadas para adolescentes e menores. “A criminalidade vem dos atos infracionais. Investir no menor é evitar que ele entre no crime e vá para uma penitenciária no futuro”, sugeriu. O Conselho e o STJ acordaram uma série de reuniões com o intuito de fechar uma agenda comum para contribuir no combate à crise do sistema penitenciário.

**Ministra Laurita Vaz,**  
presidente do STJ.

SÉRGIO AMARAL / STJ





DIVULGAÇÃO / TJSP

# TJSP vai sediar o 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

**ENCONTRO** | Reunião será nos dias 16 e 17 de março, na capital paulista

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) será a sede do 110º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, presidido pelo desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (TJMG), nos dias 16 e 17 de março. O evento trimestral reúne os presidentes dos 27 Tribunais de Justiça do Brasil e promove discussões sobre temas relevantes para o Poder

Judiciário, além de tratar da pauta de assuntos nacionais.

O anfitrião do 110º Encontro, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente do TJSP. A última reunião ocorreu na cidade de João Pessoa, na Paraíba.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é considerado o maior Tribunal do mundo em vo-

O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas, será o anfitrião do 110º Encontro.

lume de processos. O número de ações demandadas no judiciário estadual paulista corresponde a 34% do total de processos em andamento na Justiça brasileira (de acordo com dados do relatório “Justiça em Números 2016”, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça). Conseqüentemente, é o tribunal com a maior força de trabalho: 2,6 mil magistrados e aproximadamente 43 mil servidores, em 319 comarcas do Estado.

O TJSP tem como missão resolver conflitos da sociedade, no âmbito de sua competência, para preservação dos direitos, por meio do julgamento de processos ou de métodos adequados.



## Algumas ações do TJSP

Confira programas desenvolvidos pelo Judiciário paulista

DIVULGAÇÃO / TJSP

### ► Gestão Participativa

A importância do diálogo no aprimoramento da prestação jurisdicional. Em momento especialmente gravoso da economia nacional, a gestão de acervo que supera 20 milhões de processos em tramitação ganha contornos ainda mais desafiadores. Restrições orçamentárias exigem redução de custos operacionais e limitam novas contratações, tornando inviável a adoção do tradicional modelo de ampliação de recursos para fazer frente à contínua expansão da demanda. O momento está a reclamar soluções novas e criativas, concebidas e executadas com a união de esforços de todos os magistrados e servidores que experimentam as necessidades e dificuldades do cotidiano, estando aptos a sugerir os instrumentos mais adequados para conferir celeridade e efetividade à prestação jurisdicional. O Tribunal de Justiça de São Paulo tem reunido experiências e sugestões por meio de inúmeras visitas às regiões e comarcas do Estado; audiências commagistrados, servidores e autoridades, além da abertura de canais diretos de comunicação para veiculação de sugestões e críticas. Os resultados desse profícuo diálogo se fazem presentes nos projetos implementados no curso de 2016.

DIVULGAÇÃO / TJSP



### ► CAPS expande atuação em 2016

Na impossibilidade de assegurar contato direto com todos os servidores, o TJSP incentiva a utilização de canal direto de diálogo com a Presidência e, cada vez mais, funcionários buscam o auxílio da Coordenadoria de Apoio aos Servidores do TJSP (CAPS) para tirar dúvidas, propor sugestões, fazer críticas e até mesmo tecer elogios. Para Patrícia de Rosa Pucci, supervisor a do setor, o aumento da demanda é proveniente da boa repercussão “boca a boca”, devido ao reconhecimento do trabalho desenvolvido. Criada pela Portaria nº 8.966/14, a CAPS é um canal de comunicação entre funcionários e a Administração, que tem a finalidade de prestar apoio aos servidores nas mais diversas áreas e orientar na solução de situações adversas surgidas no ambiente de trabalho. Vinculada diretamente ao Gabinete da Presidência e sob a coordenação da secretária Cláudia Braccio Franco Martins, a CAPS tira

dúvidas sobre pedidos de transferência, auxilia nas solicitações de instalação de equipamentos em prédios, recebe sugestões, questionamentos e reclamações sobre assédio moral. Todas as questões ligadas ao “Canal Direto com o Presidente” são atendidas pelos integrantes da Coordenadoria. Desde a criação, já foram respondidas mais de 50 mil mensagens. Em 2016, a CAPS respondeu a 11.280 mensagens de funcionários (7.202 oriundas do “Canal Direto com o Presidente”). O setor promove, ainda, em conjunto com a Escola Judicial dos Servidores (EJUS) e a Secretaria da Área da Saúde (SAS), palestras com temas jurídicos, motivacionais e que visem à melhoria da qualidade de vida dos funcionários. Também faz parte da CAPS o Grupo de Apoio aos Gabinetes de Trabalho dos Desembargadores e Juizes Substitutos de Segundo Grau (Grugade), criado pela Portaria nº 9.050/14, presta serviço por período de até 90 dias a fim de suprir os afastamentos de servidores em razão de licença-saúde ou licença-gestante.



## ▶ Cartório do Futuro

A UPJ veio para ficar e será replicada em todo o Estado. Até dezembro de 2017, haverá uma unidade em cada Região Administrativa Judiciária. Desde sua criação, as Unidades de Processamento Judicial do Fórum João Mendes Júnior, conhecidas como Cartório do Futuro, apresentam ótimos resultados. A UPJ I, que reuniu cinco varas cíveis, teve aumento de produtividade de 47% na produção de despachos, minutas e sentenças; a UPJ II, também reunindo cinco varas de competência cível, apresentou aumento de produtividade de 24%. No cartório, a UPJ I aumentou a produção de atos ordenatórios em 60% e cartas em 51%. A UPJ é o agrupamento de várias unidades cartorárias de mesma competência, com equipes e gestores com atribuições previamente definidas. As varas permanecem independentes, porém com maior equipe para a realização exclusiva dos atos decisórios (despachos, decisões e sentenças). Os principais ganhos da UPJ são o aprimoramento da gestão de pessoas e processos de trabalho (aplicando padronização), a utilização do espaço físico e a otimização dos recursos humanos e financeiros. Foram feitos estudos para identificar os melhores locais para instalação das UPJs no Interior e no Litoral, tendo como premissa os fóruns que possuíam três varas ou mais com a mesma competência especializada, sendo cível ou família, e quais os prédios que necessitariam menor alteração de sua estrutura física para sediar uma unidade. O processo de instalação está a cargo da Secretaria da Primeira Instância (SPI), da Secretaria de Administração (SAD) e do Departamento de Administração das Regiões Administrativas Judiciárias (Daraj). A criação da UPJ se deu pelos Provimentos Conjuntos da Presidência e Corregedoria nº 1/14 e 2/14. Tribunais de outros Estados têm demonstrado interesse em conhecer o Cartório do Futuro.



## ▶ Audiência de Custódia

As audiências de custódia em São Paulo completaram dois anos em 24 de fevereiro. Nesse período foram realizadas 47.799 audiências, que resultaram em 22.151 concessões de liberdade ou relaxamento (46% do total) e 25.510 conversões em prisão preventiva (54% do total). O projeto começou pela Capital e está em fase de implantação em todo o Estado, de acordo com o cronograma definido pelo Órgão Especial. Além do juiz, participam também o promotor de Justiça e o defensor público ou o advogado do preso, que têm contato prévio com o detido. Após a manifestação das partes, defensor e promotor, o juiz decide se o acusado responderá ao processo preso, em liberdade ou se será encaminhado para acompanhamento assistencial. Existe ainda a possibilidade de o magistrado requerer exame de corpo de delito, caso ache necessário para apurar eventuais abusos cometidos contra o preso. O projeto-piloto – a primeira unidade do Brasil – foi implantado no Fórum da Barra Funda, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ).

## ▶ GTJud e Unidade Remota de Processamento Digital

Criados para auxiliar varas sobrecarregadas, auxiliam as unidades judiciais de 1º grau. Vinculados à Corregedoria Geral da Justiça, os setores elaboram um plano de ação em busca da melhor metodologia para tornar mais eficiente a prestação jurisdicional. O trabalho começa quando é apurada a necessidade de ajuda, por meio de reclamação do jurisdicionado, solicitação do próprio juiz da vara ou visita correcional. Após diagnóstico, é aberto um expediente de acompanhamento. Se houver necessidade de auxílio quanto aos processos físicos, reorganização do cartório e/ou implantação de práticas cartorárias padronizadas, o serviço é feito pela equipe do GTJud-3. Mas, se o auxílio estiver ligado aos processos digitais, o trabalho é realizado pela equipe da URPD. A assistência ocorre por tempo determinado, em média não ultrapassa duas semanas. O cumprimento dos processos por funcionários treinados e especializados é realizado com maior rapidez e menor quantidade de erros, regularizando o fluxo de trabalho

e padronizando a rotina. A assistência ocorre por determinação dos juizes da CGJ, tendo em média a duração de duas semanas. A URPD foi criada em razão do processo digital e os servidores auxiliam a distância no cumprimento das ações em formato eletrônico. Ela atende ao Estado inteiro, com apoio remoto, dentro da estação de trabalho. O setor lida com aproximadamente quatro mil processos por semana.

RICARDO LOU / TJSP



## ▶ Justiça Bandeirante

A busca de otimização na prestação jurisdicional é uma das prioridades da Presidência. Nessa toada, está o projeto Justiça Bandeirante, programa de ações voltadas à utilização integral das funcionalidades do Sistema de Automação da Justiça (SAJ), sistema responsável pela informatização, gestão de informações do Judiciário e automação de rotinas cartorárias. O programa visa à capacitação e troca de experiências entre os servidores. Durante a primeira fase do projeto, cada uma das dez Regiões Administrativas Judiciárias sediou workshops em que grupos de servidores discutiram e apresentaram dúvidas e propostas para a plena aplicação dos recursos e funcionalidades do SAJ. As dúvidas recorrentes foram dirimidas por meio de boletim informativo, disponibilizado em até um mês após a realização do treinamento, com respostas sistêmicas, dando o passo a passo de como utilizar o SAJ. No programa, foram designados supervisores de capacitação de sistemas que

atuam junto às Coordenadorias de Administração das dez RAJs, visando à regionalização da estrutura de capacitação.

## ▶ Interface digital do TJSP

Portal de Custas, Novo Portal e Acesso mobile. Novo portal e acesso mobile: Site mais intuitivo, com acessos rápidos e foco no cidadão. A nova versão entrou em atividade, com o lema: “A Justiça mais próxima do cidadão” e foi planejada com conteúdo flexível, simples e com bons mecanismos de busca. Também se levou em conta o conteúdo responsivo. De fácil navegação, é 17 vezes mais rápido, e está totalmente conectado às redes sociais, com total destaque às consultas de processos. Em uma próxima etapa, que será lançada em abril, o andamento processual será acessado pelo celular, com aplicativo do TJSP (APP). “Estamos trabalhando para que a nossa Justiça estadual seja reconhecida como de fato o é: a mais próxima do cidadão!”, diz Paulo Dimas. Portal de Custas – Na busca contínua para melhor atender à população e aprimorar o trabalho de magistrados e servidores, o TJSP lançou, em 1º de março, o Portal de Custas – Recolhimentos e Depósitos. Criada em parceria com o Banco do Brasil, a nova ferramenta trouxe diversas inovações para conferir mais segurança e celeridade no processamento de transações de contas judiciais. Agora, guias para pagamentos de custas processuais, recolhimentos e depósitos relacionados a processos são emitidos pelo Portal de Custas, que reúne tudo em um único local. Antes, a emissão de guias para pagamento de taxas processuais era realizada pela Secretaria da Fazenda e as guias para recolhimentos e depósitos judiciais eram emitidas no site do Banco do Brasil. Além disso, o novo portal tem integração com o SAJ; com isso, ao escrever o número do processo, os campos relacionados aos dados da ação são automaticamente completados pelo

sistema, o que torna o preenchimento mais rápido e evita erros. Para magistrados e servidores, o portal disponibiliza a consulta de saldos e extratos das contas judiciais. Isso garante agilidade ao processo, pois até então era preciso solicitar ao banco – por ofício – informações atualizadas da conta. Outro grande benefício é a expedição eletrônica de mandados de levantamento, que substitui as atuais guias físicas e assinaturas em papel nos cartórios. Agora, o envio é eletrônico e imediato ao banco. A funcionalidade começou na Capital – nas Varas dos Juizados Especiais Cíveis – por 60 dias, e será implantada gradativamente em todo o Estado. O Portal de Custas está disponível na página do TJSP.

DIVULGAÇÃO / TJSP



## ▶ Judiciário Eficiente

A Portaria 9.327/16 criou o programa Judiciário Eficiente para conferir reconhecimento às unidades judiciais de 1º grau que alcançarem os melhores índices de produtividade com a entrega de selos – categorias Ouro, Prata e Bronze. Para que as varas possam acompanhar seu desempenho, a Secretaria de Planejamento Estratégico (Seplan) encaminha, periodicamente, boletins estatísticos de produtividade. O Judiciário Eficiente é uma das ações que integram o novo modelo de gestão do Judiciário paulista. Seu perfil permanente e direcionador, para além da premiação de produtividade, permite identificar os locais que necessitam de ações efetivas, proporcionando melhores condições de trabalho a todos.



## ▶ TJ Sustentável

Você já tentou calcular quantos litros de água ou quantos quilowatts de energia usou ao longo de 24 horas? Atualmente é muito comum encontrar quem é a favor da sustentabilidade e do consumo consciente, mas nem sempre as atitudes condizem com esse pensamento. Às vezes, em casa, a pessoa economiza de todas as formas – racionaliza água; economiza no telefone usando aplicativos; poupa energia; evita usar mais de um copo descartável na festinha dos filhos. Mas, quando está no trabalho, esquece as regras. Como se a água dos banheiros e a energia das lâmpadas não fossem retiradas da natureza; o plástico dos copos não poluísse o meio ambiente e o dinheiro que paga ligações de telefone desnecessárias não gerasse perdas para as instituições públicas, isto é, para a população. Para estimular seus servidores e magistrados na utilização consciente dos recursos, o TJSP realiza anualmente competição saudável entre os fóruns. Para incentivar a participação de todos, foi criado um jogo virtual, onde cada unidade tem uma árvore que fica seca ou frondosa de acordo com os resultados de economia de água, energia, telefonia e copos descartáveis. Em 2016, a unidade vencedora do game, a Comarca de Presidente Venceslau, recebeu o Selo Verde e dez bicicletas, que, doadas por entidades parceiras do projeto, foram sorteadas entre os servidores. A Comarca de General Salgado, segunda colocada, recebeu seis bicicletas e a Comarca de Piquete, quatro. Em 2017, o game da sustentabilidade estará orientado para economia de papel, impressão, energia, além da implantação de coleta seletiva.



## ▶ Razões para Acreditar

Por valorização do Judiciário, TJSP lança campanha que busca maior interação do Tribunal com o cidadão. Construir um Judiciário atuante, transparente, respeitado e que valoriza seus servidores é meta primordial da Presidência, e, para tanto, a maior Corte do País tem lançado de mão de ações e iniciativas para alcançar esse objetivo. O alinhamento estratégico para este ano possui 211 iniciativas programadas. São 132 projetos (alguns já em andamento), que envolvem os temas gestão de pessoas (melhor distribuição da força de trabalho, ginástica laboral, prosseguimento do projeto Justiça Bandeirante, entre outros); infraestrutura física (segurança e manutenção predial, entre outros); eficiência operacional (ampliação do Cartório do Futuro e do programa Judiciário Eficiente, entre outros); tecnologia (renovação do parque de desktops, desenvolvimento do Portal do Magistrado, entre outros) e responsabilidade socioambiental (campanhas e vídeos institucionais, projetos de comunicação interna voltados aos funcionários, Programa TJ Sustentável, entre outros). A mais nova dessas iniciativas é a campanha Razões para Acreditar, que busca levar ao conhecimento do cidadão os serviços oferecidos e informações sobre a Justiça estadual. O TJSP conta com mais de 220 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

## ▶ Uma das campanhas

Lei Maria da Penha - 10 anos de luta contra a violência doméstica. A violência doméstica contra a mulher é problema enraizado na sociedade brasileira, que somente será superado de forma gradativa, com o esforço de todos. Essa é uma batalha diária da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp). Para marcar os 10 anos da Lei Maria da Penha, o TJSP promoveu campanhas para mostrar à sociedade que a vítima de violência de gênero, doméstica ou familiar não está sozinha e conta com o apoio do Judiciário. Instituiu a campanha Rompa o Silêncio, você não está sozinha! #Somos Todas Maria da Penha – que tem como embaixadora a cantora Paula Lima; assinou termo de cooperação para realizar o Projeto Fênix – vítimas de violência doméstica com sequelas físicas para cirurgias estéticas e reparadoras pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e tratamento odontológico integral e gratuito oferecido pelo “Projeto Apolônias do Bem”, da rede de dentistas voluntários ONG Turma do Bem; lançou o selo do TJSP nos 10 anos da Lei Maria da Penha, confeccionado pelos Correios, e disponibilizou o “Projeto Arte Grafite”, painel alusivo à Lei Maria da Penha, pintado no muro da Rua Conde de Sarzedas com a esquina Praça João Mendes, obra dos artistas Aleksandro Reis e o Grupo Opni.





FOTOS: TJSP / DIVULGAÇÃO

Palacete onde funciona o Museu do TJSP, na capital paulista.

# Preservar, contar, reconstruir: 143 anos de história no Museu do TJSP

**TURISMO** | Judiciário paulista cumpre missão de gerir memória centenária

Cumprir a missão de administrar a memória dos 143 anos do Judiciário paulista para a atual e as futuras gerações é uma tarefa árdua, mas tem sido efetuada com êxito pelo Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo desde 1995. E, ali, não se trata apenas de catalogar e exibir objetos para exposição ao público. O objetivo é

educativo e social, na perspectiva da reflexão sobre a maneira como os fatos do passado se refletem no presente.

Para tanto, o Museu do TJSP vale-se de peças de imensurável valor histórico, a começar por sua sede, o Palacete Conde de Sarzedas, localizado na rua homônima do centro da capital. O imóvel,

construído no final do século 19, foi residência do deputado Luiz de Lorena Rodrigues Ferreira, casado com a francesa Marie Louise Belanger, 42 anos mais jovem que ele. Não tardou para que o apelido “Castelinho do Amor” se alastrasse pela cidade. A edificação – que preserva uma sala de convivência íntima em seu estado original e móveis franceses do século 16 – foi tombada por resolução do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Compresp) em 2002 e sedia o Museu desde 2007.

O acervo museológico do Tribunal, antes de ser reunido no pa-

lacete, encontrava-se disposto numa sala lateral do plenário do Tribunal do Júri do Palácio da Justiça que, antigamente, servia de dormitório para jurados. À época, o Museu era coordenado pelo desembargador José Rubens Prestes Barra, sucedido entre 1997 e 2004 pelo desembargador Emeric Levai, falecido há quase dez anos. Sob a coordenação deste, as atividades culturais foram ampliadas, com a criação de visitas monitoradas direcionadas ao público em geral e, principalmente, às faculdades de direito, e de exposições temporárias, como a do Movimento Constitucionalista de 1932, em que se destacou a atuação do Poder Judiciário bandeirante nesse crucial momento histórico do País. Desde 2004, o Museu é conduzido pelo desembargador Alexandre Moreira Germano. “Ressalto a relevância dos museus institucionais para preservação e reconstrução da história bandeirante”, afirma o coordenador.

Um dos objetos mais preciosos expostos no palacete – entre um conjunto de cerca de 3 mil itens – é um crucifixo de 1912, que fez parte da sala secreta dos jurados da Justiça, atual Espaço Cultural “Poeta Paulo Bomfim”. O Cristo, que se encontra atualmente no Plenário do Júri do Palácio, foi entronizado em 1929. Há um texto que explica o significado do crucifixo para o TJSP, pelas palavras de Emeric Levai: “O crucifixo para o Tribunal carrega consigo lembrança do maior erro jurídico já ocorrido na história da humanidade. É um alerta silencioso, que lembra aos jurados a necessidade de total imparcialidade, a fim de garantir que a Justiça seja feita, e ao magistrado para que jamais incorra no erro da omissão, atitude também simbolizada por Pôncio Pilatos, no gesto de ‘lavar as mãos’”.

Outras preciosidades contidas no Palacete Conde de Sarzedas, e que podem ser conferidas pelos visitantes, são o inventário de Washington Luiz (datado de 1957), um piano ver-

tical doado pelo ex-presidente do TJSP José Roberto Bedrane os autos do caso conhecido como “Crime do Restaurante Chinês”. Em 1938, um jovem negro foi acusado de assassinar os donos e dois empregados de um comércio de comida chinesa em São Paulo. Julgado duas vezes pelo Tribunal do Júri, o rapaz – encarcerado por quatro anos sem culpa reconhecida – foi inocentado em ambas as ocasiões. O historiador Boris Fausto foi a fundo nessa crônica policial da São Paulo dos anos 30 e escreveu uma obra sobre o episódio, em que investigou a figura principal, Arias de Oliveira, e o julgamento a que foi submetido.

Importante patrimônio da metrópole paulistana, o palacete foi retratado em dois livros. Kruchin: Uma Poética da História – Obra de Restauro (Editora C4), traz imagens do imóvel antes, durante e após o trabalho de restauração, a cargo do escritório de arquitetura de Samuel Kruchin, também responsável pelo restauro do Palácio da Justiça. A sede do Museu do Tribunal de Justiça também é analisada sob o ponto de vista histórico e arquitetônico em São Paulo – Olhar os Museus, Olhar a Cidade (Editora Dialetto), de autoria da curadora do acervo artístico-cultural dos palácios do Governo do Estado de São Paulo, Ana Cristina de Carvalho, e do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) Carlos Faggin, com ilustrações do desenhista Pedro de Kastro e fotos de Marcio Scavone.

### NÚCLEOS PERMANENTES

O Museu do Tribunal, além do palacete, é integrado também por dois núcleos de exposições permanentes, situados no Palácio da Justiça. Trata-se da Sala Desembargador Emeric Levai e do Espaço Cultural Poeta Paulo Bomfim. Esses ambientes reúnem objetos de grande importância histórica – destaque para uma vara centenária de 1,72 m de comprimento, doada pelo desembargador



Mobiliário e documentos resgatam a história do Judiciário paulista.

Fernando Euler Bueno e que, em séculos passados, simbolizava a autoridade do magistrado, e itens utilizados por combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932, como uma bomba aérea, um cantil e outros artefatos bélicos pertencentes a pracinhas que se tornaram magistrados paulistas.

Algumas outras peças do acervo, estas em especial da Sala Emeric Levai, são uma toga de magistrado – que se diferencia da vestimenta utilizada pelo advogado e pelo promotor de Justiça por ser inteiramente negra –, uma sineta e uma urna giratória de madeira, que servia para o sorteio de jurados. Antigamente, no interior do Estado principalmente, urnas como essa eram manuseadas por crianças, tidas como símbolo de imparcialidade. Um toque de romantismo daquela época.

E o Palácio da Justiça? Sede do Poder Judiciário de São Paulo, não se constitui um museu em si, mas sua importância histórica é incontestável. Projetado em 1911 pelo escritório do renomado arquiteto Ramos de Azevedo, o edifício foi inaugurado em 1933 e tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1981. O palácio contém uma profusão de materiais nobres, como mármore italianos e portugueses e madeiras de lei brasileiras. O fato de a sede da Justiça paulista ter sido aberta em data próxima à Revolução de 1932 é amostra da intensa relação histórica entre o Tribunal de Justiça e a campanha constitucionalista.

Há mais de uma década, o Museu do TJSP participa de importantes eventos culturais, como a Semana de Museus e a Primavera de Museus, empreendidas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e a Virada Cultural da Prefeitura de São Paulo.

## HISTÓRIA VIVA

Compromisso em proteger as tradições e conquistas do Judiciário Bandeirante: De que maneira cuidar

DIVULGAÇÃO / TJSP



de algo imaterial como a história? Pela catalogação, preservação, pesquisa e exposição do vasto acervo adquirido ao longo dos anos, diz Bruno Bettine de Almeida, coordenador do museu. Entre as diversas peças que estão sob a guarda da entidade estão processos, vestimentas, objetos utilizados administrativamente, obras de arte e móveis. O acervo foi reunido ao longo dos anos via doações e trabalho de prospecção do próprio museu. “É a transposição de toda a parte de

**Espaços** preservados reconstituem a história. No salão nobre, uma volta ao passado.

pesquisa para exposições, sejam permanentes ou temporárias, com a divulgação do trabalho”, afirma Bettine de Almeida.

O museu é dividido em várias seções, cada uma com um tema. O ambiente “Escravidão” retrata a triste realidade da escravidão, com destaque para a figura de Luiz Gama, pre-

DIVULGAÇÃO / TJSP



cursor da defesa jurídica do negro. Já a sala “O Júri” trata da história da instituição indispensável para a Justiça e o Estado de Direito. O núcleo “Palacete Conde de Sarzedas”, por sua vez, recria o ambiente da sala de estar da família dos descendentes de Dom Bernardo, o 5º Conde de Sarzedas. Outro núcleo importante é o “Tribunais de Alçada”, que conta a história das cortes criadas nas décadas de 50 e 60 para auxiliar a segunda instância, extintas em 2004. O local pode ser visitado de segunda a sexta, das 11h às 17 horas. A entrada é gratuita.

## EXPANSÃO

Nos dias de hoje, há cursos do museu na 6ª Região Administrativa Judiciária, sediada em Ribeirão Preto. De acordo com Bruno Bettine, o objetivo é “preservar a história local, dadas as dimensões do Estado de São Paulo”. Na unidade do Interior há uma réplica de um Tribunal do Júri e exposição de peças que contam a história da Justiça da região. A iniciativa prossegue por todo o Estado. Também fazem parte do conjunto o Memorial Young da Costa Manso, no Foro Regional de Itaquera e o Memorial Hely Lopes Meirelles, no prédio onde funcionam as varas da Fazenda Pública, no centro de São Paulo.

O TJSP está presente também em eventos que visam dar mais visibilidade aos museus e à cultura em geral. “Temos uma política de parcerias, sempre com a anuência da Presidência”, diz o coordenador. O museu participa da Jornada do Patrimônio, da Primavera de Museus, da Semana de Museus, e, há mais de 10 anos, da Virada Cultural.

Além disso, o Museu do TJSP faz parte do Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP), ligado à Secretaria da Cultura do Estado e já realizou exposições em conjunto com entidades como o Centro de Memória Eleitoral (Cemel), o Instituto Histórico-Geográfico e o Museu Penitenciário Paulista.

## SENHORAS E SENHORES... O PALÁCIO DA JUSTIÇA!

Com apresentações sobre a importância arquitetônica do Palácio e a evolução histórica do Judiciário em São Paulo, visitas monitoradas são um sucesso de público.

A procura por visitas monitoradas ao Palácio da Justiça, serviço fornecido gratuitamente, cresce dia a dia. Em 2016, mais de 6 mil pessoas foram atendidas em 145 grupos de visitantes. Alunos de faculdades e do ensino médio, advogados, executivos de empresas, associações, grupos da 3ª idade, delegações de outros Estados e comitivas estrangeiras (com acompanhamento nos idiomas inglês, francês e espanhol), são os visitantes mais comuns. Segundo a supervisora Soraya Trentin Ribeiro Pinto, “a população pode agendar uma visita em grupos de 20 pessoas. Os funcionários do Tribunal e seus

familiares têm acesso em finais de semana específicos. O público pode participar, ainda, na Virada Cultural, Semana de Museus e Virada do Patrimônio”. Nas visitas, alunos assistem à uma sessão de julgamento, para acompanhar, ao menos, uma sustentação oral.

Os grupos podem fazer o agendamento junto ao Serviço de Visitas Técnicas e Monitoradas (as visitas são realizadas diariamente). Para agendar, ligue (11) 3117-2615 ou envie e-mail para visita@tjsp.jus.br. O Museu do Tribunal de Justiça, “Palacete Conde de Sarzedas”, também oferece visitas monitoradas. Para informações, ligue (11) 3295-5819.

DIVULGAÇÃO / TJSP



## PROGRAMA “150 ANOS DE MEMÓRIA HISTÓRICA DO TRIBUNAL BANDEIRANTE”

No ano de 2024, o Tribunal de Justiça paulista completará 150 anos. Com o intuito de festejar o sesquicentenário, foi instituído o programa “Agenda 150 anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”, por meio da Portaria 8.991/14. Sob a coordenação do desembargador Ricardo Henry Marques Dip, a equipe responsável pelo programa tem competência para elaborar e implementar projetos ligados à celebração da efeméride.



## Ação do IEPTB-SP ajuda crianças e adolescentes com câncer do GRAACC

**PARCERIA** | Instituto de Estudos de Protesto de títulos arrecada recursos

O IEPTB-SP, Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, lançou no final do ano passado a campanha Protesto do Bem, que tem como objetivo arrecadar recursos e auxiliar no tratamento de crianças com câncer atendidas pelo GRAACC. A ação tem duração de um ano e está em sintonia

com as diretrizes de responsabilidade social do instituto.

As doações em prol da campanha são feitas de duas formas: doações mensais diretamente dos cartórios e a mobilização da população pelo site [www.protestodobem.com.br](http://www.protestodobem.com.br), onde é possível contribuir com qualquer quantia.

DIVULGAÇÃO / IEPTB-SP

**Campanha** tem identidade 360º, com ações em diversas áreas da comunicação.

Todas as arrecadações são feitas pelo sistema PayPal e são direcionadas ao GRAACC.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), mais de 12,7 milhões de pessoas no mundo são diagnosticadas com câncer por ano e 7,6 milhões de pessoas morrem vítimas dessa doença. No Brasil, apenas em 2017, estima-se 12.600 casos entre crianças e adolescentes. Diante deste cenário, apoiar a causa é fundamental.

Apenas em 2015 o GRAACC já

realizou quase 30 mil consultas, 1,6 mil procedimentos cirúrgicos, mais de 40 transplantes de medula óssea e mais de 16 mil sessões de quimioterapia.

## PARCEIROS

Desde o início, a campanha já ganhou adesões de atletas brasileiros como cavaleiro Doda Miranda e as jogadoras de vôlei Fofão e Fernanda Garay, além de simpatizantes e youtubers. E, recentemente, mais um importante aliado, o TJSP, um dos maiores tribunais do mundo em volume de processos, chegou para somar forças e ajudar na arrecadação de doações.

## CAMPANHA:

Assinada pela agência LS Comunicação, a campanha Protesto do Bem tem identidade 360º, com ações em diversas áreas da comunicação, como peças publicitárias que englobam mídia, redes sociais e materiais de mobilização internos - como bottons, pins, panfletos, wobler, cartazes e camisetas. A campanha conta com um outdoor, cedido pelo TJSP, na cidade de Assis, sendo a primeira vitrine da campanha a céu aberto.

Em pouco tempo, a página Protesto do Bem no Facebook já conta também com mais de 38 mil curtidas e tem se tornado uma referência para quem procura informações sobre a doença, eventos relacionados e motivação para enfrentar esta luta.

## CORRIDA GRAACC

E a agenda não para. O Protesto do Bem participará no dia 14 de maio, da 17ª Corrida e Caminhada do GRAACC, que auxiliará ainda mais na arrecadação para o tratamento de diversas crianças.

## SOBRE OS CARTÓRIOS DE PROTESTO:

Presentes em 276 cidades do estado de São Paulo, os cartórios de protesto dão uma contribuição fundamental para a economia do país, garantindo e

protegendo os direitos e deveres dos consumidores e das empresas. Além disso, exercem um importante papel social, pois 37,5% dos valores arrecadados são usados para subsidiar serviços públicos essenciais, como, por exemplo, o Fundo de Assistência Judiciária Gratuita. O fundo remunera os advogados que trabalham para os cidadãos que não têm como pagar por esse serviço.

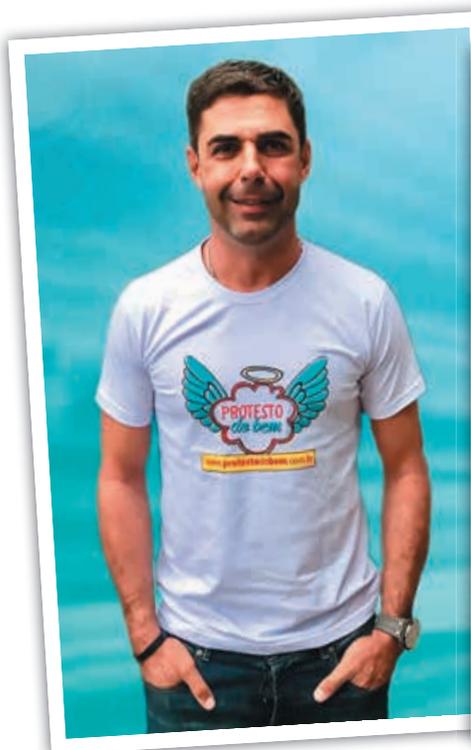
## SOBRE O GRAACC

Referência no tratamento e pesquisa do câncer infanto-juvenil na América Latina, principalmente em casos de alta complexidade, e uma das mais respeitadas e bem-sucedidas instituições do País, o GRAACC - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer, criado em 1991, tem a missão de garantir a crianças e adolescentes com câncer todas as chances de cura com qualidade de vida. A organização é reconhecida pelos expressivos resultados obtidos na cura do câncer infantil, alcançando índices de cerca de 70%.



Doda Miranda e as jogadoras de vôlei Fofão e Fernanda Garay (acima) participam da campanha.

FOTOS: DIVULGAÇÃO / IEPTB-SP





**RESPEITO  
ÀS MULHERES  
EM SUAS  
DIVERSIDADES**

**AS MULHERES  
SOFREM VIOLÊNCIA  
DE TODAS  
AS FORMAS,  
TODOS OS DIAS.**

**PARA REPENSAR E MUDAR,  
TENTE TROCAR DE LUGAR.**



NÃO FECHÉ OS OLHOS PARA ESSE PROBLEMA.  
SAIBA MAIS EM [WWW.PA.GOV.BR/MULHER](http://WWW.PA.GOV.BR/MULHER)





## Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

# 126 anos dedicados ao aprimoramento da Justiça no ES

Pensar na história da Justiça do Espírito Santo é embarcar, também, na História do Brasil. Desde o período colonial até a era moderna, marcada pelos avanços tecnológicos, o Poder Judiciário espírito-santense, por meio de seu Tribunal de Justiça, tem contribuído na formação de uma sociedade cada vez mais democrática e justa.

Criada em 1741, a Comarca do Espírito Santo, com jurisdição sobre as cidades de Campos e São João da Barra, teve como

instalador o ouvidor-geral, desembargador Pascoal Ferreira Veras. Passados três meses da instalação, o Estado passou a ser reconhecido como Comarca pertencente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Eis que o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, verdadeiramente autônomo, nasce um pouco depois da Proclamação da República, mais precisamente dois anos depois, em 1891, 04 de julho daquele ano.

Situado na Cidade Alta, de-

pois de ter tido sede no Palácio do Anchieta, época em que o Centro de Vitória concentrava as principais instituições públicas do Estado, e funcionava como o coração da Capital, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo foi instituído em um período conturbado da História do Brasil, que vivenciava uma crise política. Neste cenário, o Estado, que caminhava em busca de sua autonomia, tem seu representante maior destituído do cargo, o governador Antônio



Prédio histórico onde funcionou o Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Abaixo, a nova sede.

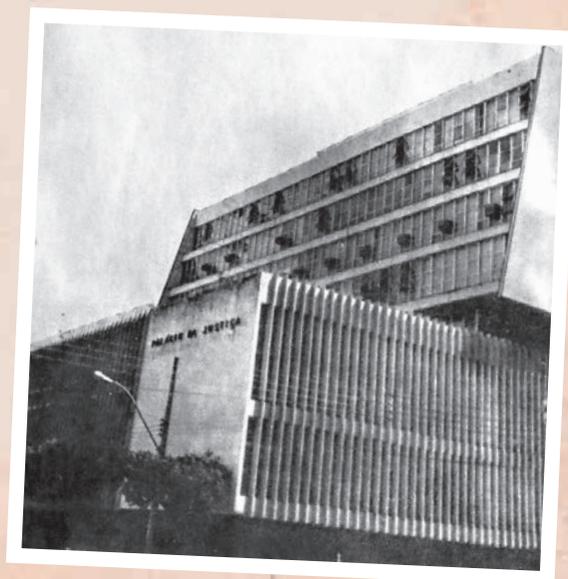
Gomes Aguirre, passando a ser governado por uma Junta Governativa, que dissolveu o Congresso Legislativo Estadual e, em seguida, em 24 de novembro de 1891, o recém-estabelecido Tribunal.

Porém, ainda no mesmo mês, organizou-se outro Tribunal de Justiça integrado por novos desembargadores. A mudança teria se dado por conta de o direito dos antigos magistrados não haviam sido respeitados no tocante à organização do novo Tribunal.

A atuação da Junta fez com que as nomeações realizadas durante a estruturação judiciária do Estado perdessem efeito.

### HABITUADO A ADVERSIDADES

Desde a sua implantação, o TJES se solidificou muito por conta de sua capacidade de reinventar a cada novo desafio. A maioria desses obstáculos, de acordo com levantamento histórico feito por Antônio de Pádua Gur-





Visitantes conhecem documentos históricos. A memória se faz viva.



Mobília tem as marcas de um registro histórico importante para o Estado do Espírito Santo.

gel, autor da obra “História da Justiça no Espírito Santo”, lançada em 2014, tinha origem, na maioria das vezes, nas crises políticas estabelecidas Brasil afora.

Após o episódio de 1891, em junho de 1892, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), depois de nova reestruturação do Poder Judiciário Estadual, se solidifica como Corte, atuando com mais autonomia e independência, benefício alcançado pela Lei nº 7 do ano corrente. O grande passo dado pelo TJ a essa época, foi a aprovação de seu primeiro Regimento Interno, em 10 de novembro de 1893.

Outra reviravolta, dessa vez positiva, voltaria a marcar a história do TJES. Agora, em 1907, quinze anos da sua implantação, a Corte do Espírito Santo, atendendo a uma necessidade de consolidação da República, se reestrutura mais uma vez, contemplando às especificidades da Lei nº 516, daquele mesmo ano. Quatro anos depois, em agosto de 1911, por meio do Decreto nº 931, do Governo do Estado, o Judiciário adere ao Código de Processo Criminal autônomo. Em 30 de setembro do mesmo ano, o Estado promulgou um Código de Processo Civil independente do Criminal. A alteração atendeu ao Decreto nº 948, do ano citado. Após a publicação de uma série de Decretos, em 1930, entra em vigor um Código de Processo Civil e Comercial mais atualizado.

## OS PRIMEIROS NÚMEROS

Ainda de acordo com a obra do pesquisador Antônio de Pádua Gurgel, em 1930, o Espírito Santo contava com 12 Comarcas, 19 juízes de Direito e 08 desembargadores.

## O REGIMENTO INTERNO PASSA POR ALTERAÇÕES

O ano é 1946, e, 55 anos depois de sua criação, o TJES, por meio do



Galeria de ex-presidentes do TJES: história preservada.

Decreto de Lei nº 16.051, cria o Conselho de Justiça, que antes se chamava Conselho Disciplinar, formado pelo presidente do Tribunal, o vice-presidente e o corregedor-geral. Esse período marca, ainda, o início de uma organização judicial mais autônoma, permitindo, dessa forma, que o presidente da Corte, juntamente com seu vice

, atuasse de maneira mais efetiva.

Também é nessa época, que o TJES, após várias reestruturações ocorridas ao longo dos anos, passa a se chamar, definitivamente, Tribunal de Justiça. Anteriormente, o órgão já havia passado pelas seguintes denominações: Tribunal de Justiça (1891), Corte de Justiça (1892), Tribunal Superior de Justiça (1913).

FOTOS : TJES / DIVULGAÇÃO



## LOCALIZAÇÃO TORNA-SE DEFINITIVA

Depois de ter funcionado, provisoriamente, no Palácio do Anchieta, sendo transferido, em seguida, em 1892, para um prédio localizado na Rua Pedro Palácios, o TJES já teve sua sede na Rua Muniz Freire, onde permaneceu por meio século, além de, em 1962, ter sido transferido para a Avenida Jerônimo Monteiro. Desde 1995, o Tribunal funciona no Palácio Renato de Mattos, na Enseada do Suá, sua atual sede.



## ESTRUTURA DO TJES NA ERA MODERNA

Com o passar dos anos, é natural que nos adequemos aos avanços proporcionados pela modernidade, não sendo diferente com o TJES, que tem aprimorado o espaço físico onde são feitos os atendimentos a magistrados, advogados e ao público. Localizado na área considerada nobre de Vitória, o prédio onde o Tribunal funciona possui ótimas instalações, uma vez que os setores do órgão estão divididos entre o térreo e os dois outros andares que o configuram o espaço.



O TJES conta com quatro Câmaras, onde são realizadas as sessões das esferas Criminal e Cível, além do Salão do Pleno, onde, uma vez por semana, os 28 desembargadores que compõem a Corte, toda quinta-feira, se reúnem para formarem o plenário do Tribunal. O Pleno também é utilizado para a realização de cerimônias como posses de desembargadores e demais solenidades relacionadas ao Judiciário, além de palestras e fóruns.

Além do Salão do Pleno, o TJES também possui o Salão Nobre, um espaço requintado, que também recebe eventos e solenidades.

Peças antigas resgatam o passado da Justiça capixaba.

Já na questão setorial, a Corte possui as seguintes unidades: Secretaria Geral do TJES, Subsecretaria Geral, Gabinete do presidente, Assessoria Especial da Presidência, Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, Assessoria de Imprensa e Comunicação Social, Assessoria de Segurança Institucional, Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, Assessoria Militar, Assessoria de Precatório e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

Funcionam, ainda, no prédio do TJES, os setores de Controle Interno, Auditoria de Gestão de Controle Interno, Acompanhamento de Gestão da Secretaria de Controle Interno, Protocolo, Registro, Preparo e Distribuição, Gestão de Informação Documental, Taquigrafia, Gestão de Pessoas, Recursos Humanos, Pagamento de Pessoal, Gráfica do TJES, Biblioteca, Serviços Psicossociais e de Saúde, Engenharia e Projetos, Coordenadoria de Projetos e Fiscalização de Obras.

Secretaria de Infraestrutura, Suprimento e Controle Patrimonial; Compra, Licitação e Contratos, Serviços Gerais, Finanças e Execução Orçamentária e Contabilidade, também são setores do TJES.

Ciente de que o Tribunal de Justiça acaba sendo, de alguma forma, o coração do Judiciário, uma vez que as mais importantes decisões acabam saindo da Corte do Estado, a atual gestão do órgão busca repassar às Comarcas a mesma política de trabalho exercida pelo TJES, prezando pela qualidade nos serviços prestados à sociedade. Por isso, são feitos constantes investimentos nas áreas técnicas e formação de pessoal, pois, num cenário no qual 1.327.276 de processos tramitam nas instâncias de primeiro e segundo graus, é preciso elaborar maneira de dar respostas cada vez mais céleres aos

cidadãos que buscam a Justiça para solucionar suas demandas.

Além de investir em suporte técnico, o Tribunal de Justiça também busca oferecer espaços direcionados à arte e à memória do Poder Judiciário do Estado, tendo como exemplo desse empenho o Centro de Memória, que funciona nas dependências do próprio TJ, além do Espaço Cultural, onde artistas capixabas, entre eles servidores do Judiciário, têm a oportunidade de expor seus trabalhos, valorizando a cultura do Espírito Santo.

## OS PRESIDENTES DO TJES

Desde sua instituição, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo já teve 65 presidentes, tendo sido o desembargador José Horta de Araújo o primeiro a presidir a Corte, em 1891. Hoje, mais de um século depois, o TJES é presidido pelo desembargador Annibal de Rezende Lima, natural de São José do Calçado, e com brilhante carreira jurídica no Estado.

Tendo assumido a Corte em um dos mais difíceis cenários econômicos dos últimos tempos, desde a grande recessão de 1929, o atual presidente do TJES, que cumpre o último ano de seu biênio, tem se destacado pelas formas serena e aberta ao diálogo com as quais tem presidido o Tribunal.

Sob a gestão do desembargador Annibal de Rezende Lima, o TJES tem buscado, por meio de caminhos alternativos à crise, manter o crescimento e desenvolvimento pelos quais o Judiciário capixaba tem passado ao longo dos anos, sendo a tecnologia e a modernização dos sistemas processuais os principais aliados nesse processo.

(Assessoria de Imprensa e Comunicação do TJES)



Acima, o presidente Annibal de Rezende Lima.



## Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

### COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Des. Annibal de Rezende Lima  
Presidente

Des. Fabio Clem De Oliveira  
Vice-Presidente

Des. Ronaldo Gonçalves De Sousa  
Corregedora-Geral da Justiça



**Desembargador  
Annibal de Rezende Lima**  
Presidente do Tribunal  
de Justiça do Estado  
do Espírito Santo  
(2015-2017)

Des. Adalto Dias Tristão

Des. Manoel Alves Rabelo

Des. Pedro Valls Feu Rosa

Des. Sergio Bizzotto Pessoa De Mendonça

Des. Alvaro Manoel Rosindo Bourguignon

Des. Sergio Luiz Teixeira Gama

Des. Samuel Meira Brasil Junior

Des. Ney Batista Coutinho

Des. José Paulo Calmon Nogueira da Gama

Des. Carlos Simões Fonseca

Des. Namyr Carlos De Souza Filho

Des. Dair José Bregunce De Oliveira

Des. Telêmaco Antunes De Abreu Filho

Des. Willian Silva

Des<sup>a</sup>. Eliana Junqueira Munhos Ferreira

Des<sup>a</sup>. Janete Vargas Simões

Des. Robson Luiz Albanez

Des. Wallace Pandolpho Kiffer

Des. Jorge Do Nascimento Viana

Des. Fernando Estevam Bravin Ruy

Des. Ewerton Schwab Pinto Júnior

Des. Fernando Zardini Antonio

Des. Arthur José Neiva De Almeida

Des. Jorge Henrique Valle Dos Santos

Des<sup>a</sup>. Elisabeth Lordes



Eles são guerreiros, mas não conseguem lutar sozinhos.

A campanha dos cartórios de protesto do estado de São Paulo para ajudar as crianças com câncer do GRAACC está fazendo um enorme sucesso. Ajude a divulgar e faça você também a sua doação:

[www.protestodobem.com.br](http://www.protestodobem.com.br)

Realização



Instituição Beneficiada



PESQUISA GRATUITA DE PROTESTO: [www.protestosp.com.br](http://www.protestosp.com.br)